

j o r n a l d a

A d UFRJ

UMA PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ - SSIND >> ANO 15 >> NÚMERO 1

DOSSIÊ AFIRMATIVO

A universidade do Brasil

*As ações de inclusão e
a democratização no acesso dos
alunos mudam a cara da UFRJ*

PAGINA 4

PAGINA 10 × *‘O racismo é estrutural e naturalizado’, diz a professora Giovana Xavier*

PAGINA 14 × *A história de uma luta que atravessou vários anos*

PAGINA 22 × *Com saber científico e mobilização, a UFRJ vai à luta contra o Aedes Aegypti*

PAGINA 30 × *Mitos e controvérsias espreitam o currículo do ensino de História*

WWW

www.adufrj.org.br

Um site com atualização constante a serviço dos professores,
que oferece notícias da universidade, do Brasil e do mundo.

expediente

O Jornal da Adufrj é uma publicação da Associação dos Docentes da UFRJ

EDITOR RESPONSÁVEL: Aydano André Motta (MTb 18405)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Renata Maneschy

FOTO DA CAPA: Silvana Sá

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO: Flávia Oliveira, André Teixeira (fotos), Angela Rocha dos Santos, Antonio Solé Cava, João Fragoso, Elisa Monteiro, Marcelo Paixão, Caroline Amanda, Ilca Dias e Denilson Souza (Coletivo Negro Carolina de Jesus) e Toni D'Agostinho (ilustrações)

IMPRESSÃO: GrafMec
TIRAGEM: 5 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Proibida a reprodução sem autorização formal dos editores. Venda proibida.

Entre em contato conosco pelo canalaberto@adufjr.org.br.

ADUFRJ (www.adufjr.org.br)

>> Presidente: Tatiana Marins Roque

>> 1º vice-presidente: Carlos Frederico Leão Rocha

>> 2º vice-presidente: Fernando José de Santoro Moreira

>> 1º secretário: Gustavo Arantes Camargo

>> 2º secretário: Antonio Mateo Solé Cava

>> 1ª tesoureira: Silvana Allodi

>> 2ª tesoureira: Liv Rebecca Sovik

editorial

Sobre a nossa multiplicidade

>> Este é o primeiro número do novo **Jornal da ADUFRJ**, que pretende marcar uma política de comunicação que entrelace cada vez mais as diferentes frentes de atuação da entidade: a democratização do movimento docente, os desafios acadêmicos e científicos da universidade e a luta por uma sociedade mais justa.

A Diretoria da ADUFRJ empossada em outubro de 2015 assumiu o compromisso de transformar a relação dos docentes com seu sindicato, abrindo diálogos e espaços para encontros e discussões. Como parte desse processo, atualizou e tornou mais ágil a informação aos docentes sobre questões de seu interesse: em lugar do jornal semanal em papel, a equipe de comunicação produz notícias divulgadas em boletins eletrônicos distribuídos nos diversos campi da UFRJ. Esses boletins estão reunidos no site da ADUFRJ, que foi reformulado em seu layout e em suas funcionalidades. A página virtual desenvolve as matérias, disponibiliza fotos e vídeos e armazena o histórico das notícias e os registros de eventos, tais como a série de debates relacionados à crise política nacional.

Embora o processo de mudança não esteja completo (ressaltamos, por exemplo, que ainda não atingimos muitos docentes), já estamos alcançando o objetivo de fornecer informações confiáveis e apuradas de acordo com regras básicas da objetividade editorial, sobre os mais diversos temas de interesse dos professores da UFRJ.

Agora, chegamos à segunda etapa na reformulação da comunicação: o novo **Jornal da ADUFRJ**, cujo propósito é criar um espaço para textos mais aprofundados sobre temas da vida profissional e institucional dos docentes. Será inicialmente uma publicação trimestral, com artigos de reflexão escritos essencialmente por docentes da UFRJ. Pretende-se refletir nossa grande multiplicidade, buscando pensar sobre o papel da universidade no mundo atual, sobretudo após as fortes transformações dos últimos anos. Fazemos questão de abrir espaço para o que demanda reflexão, pois a diversidade é nossa maior riqueza e só temos a ganhar com a abertura de perspectivas.

O objetivo principal do novo **Jornal da ADUFRJ** é discutir a universidade em que trabalhamos e que queremos. Pretendemos abordar a política de forma ampla, buscando o diálogo com todos os setores da comunidade universitária e com a sociedade, contemplando uma multiplicidade de atores e de perspectivas. Os temas abordados terão como ponto de partida a discussão de processos internos do trabalho de educação e pesquisa dos docentes da UFRJ e a relação da universidade com a sociedade da qual faz parte. Cada número terá um dossiê temático, além de artigos individuais sobre temas que têm impacto na universidade e na sociedade. Neste primeiro número, convidamos colegas que participaram das mudanças na **política de acesso à universidade**. Como se deu o movimento pela implantação das cotas? Como efetivamente mudou o perfil dos ingressantes e o que resta por fazer? Como as pessoas diretamente envolvidas enxergam o processo?

O **Jornal da ADUFRJ** terá a partir do segundo número uma seção de cartas. Queremos receber sugestões temáticas para os próximos números. Mande sua mensagem para **canalaberto@adufjr.org.br**. Convidamos vocês, leitores e leitoras, a comentar, criticar, sugerir, colaborar com a gente!

índice

4

democratização

ESTUDO MOSTRA MUDANÇA RADICAL NO PERFIL DA PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS DA UFRJ

POR ANGELA ROCHA DOS SANTOS

10

entrevista

O SABER NEGRO PRECISA SER CONSIDERADO E VALORIZADO, APONTA GIOVANA XAVIER

POR FLÁVIA OLIVEIRA

14

luta

A HISTÓRIA DA BATALHA PELAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE

POR MARCELO PAIXÃO

20

para sempre

NOVAS AGENDAS DE UMA LUTA PERMANENTE

POR CAROLINE AMANDA, ILCA DIAS E DENILSON SOUZA, DO COLETIVO NEGRO CAROLINA DE JESUS

22

xô, Aedes!

A UFRJ NA LUTA CONTRA O TRANSMISSOR DA DENGUE, DA ZIKA E DA CHIKUNGUNYA

POR ANTONIO SOLE CAVA

30

para aprender

A CONTROVÉRSIA EM TORNO DA BASE CURRICULAR COMUM DE HISTÓRIA

POR JOÃO FRAGOSO

DOSSIÊ AFIRMATIVO

Os (novos) Sotaques da UFRJ

Ações de inclusão que democratizam acesso dos alunos dão nova cara à universidade; surgem também novas agendas a serem cumpridas

por Angela Rocha dos Santos
» PROFESSORA TITULAR DA UFRJ





Grupos de estudantes no Campus da Praia Vermelha: provenientes de regiões do Rio e do Brasil que antes não estavam representadas

Nos últimos anos, a UFRJ promoveu sucessivas e grandes mudanças que afetaram, diretamente, seus cursos de graduação. A forte expansão na oferta de vagas – de aproximadamente 6.200, oferecidas no concurso de acesso em 2004, para quase 9.400, ofertadas em 2014 – elevou o total de alunos matriculados de cerca de 38.000 (6.500 em cursos noturnos), em 2007, para perto de 50.000 (12.000 em cursos noturnos), em 2014. Além disso, houve a aplicação gradual, desde 2010, de políticas de ação afirmativa próprias, construindo o conjunto que provocou modificações significativas na forma de entrada em nossa Universidade.

Essas mudanças, que incluíram a criação de dois novos Campi (Macaé, no litoral norte do Estado e Xerém, na Baixada Fluminense), culminaram, em 2012, com a adesão ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para ingresso em todos os cursos de graduação, exceto aqueles que aplicam Teste de Verificação de Habilidade Específica (THE).

Além das mudanças citadas, a mera aplicação da Lei 12.711/2012 (“Lei das Cotas”) já teria trazido alterações significativas no perfil dos ingressantes na UFRJ. Entender a influência de tal modificação no índice de evasão/retenção e o posterior desempenho acadêmico dos alunos torna-se, portanto, questão primordial para traçar estratégias eficazes, dentro da nossa missão de não apenas formar profissionais altamente qualificados, mas também “participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais e assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade” (Estatuto da UFRJ – 2002).

Nesse artigo, elaborado a partir de um estudo com dados recolhidos do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga), referentes aos ingressantes em 2014-1, pelo Sisu, procuramos traçar o novo perfil dos alunos da UFRJ e responder a questões sobre as principais mudanças ocorridas, ocupação das vagas oferecidas, aumento da evasão (e suas prováveis causas) e desempenho dos estudantes cotistas.

O Ensino Médio e Universitário

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE/2012), mesmo com a implantação de vários programas governamentais para incentivar o aumento de vagas em Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e a criação de novas universidades e instituições de ensino tecnológico em todo o país, apenas 15,1% dos jovens brasileiros, entre 18 e 24 anos, estão matriculados no Ensino Superior. Do total de matrículas, somente 24,2% se referem a instituições públicas de ensino superior. Como consequência desses números, apresentamos um ensino de qualidade ainda bastante deficiente e sérias distorções na distribuição de matrículas por área de conhecimento – no sistema privado de ensino privilegia-se a abertura e aumento de vagas em cursos de implantação mais barata. Ficam prejudicadas carreiras como Medicina e Engenharia, a despeito da necessidade de formação de novos profissionais dessas áreas, em especial no interior do país.

Além do baixo percentual de oferta de vagas, em nível superior, nas instituições públicas ainda convivemos com um grande desperdício dessas cadeiras, por conta dos altos níveis de desistência de alunos e do tempo médio de formação em estabelecimentos públicos. Tais fatos, aliados a iniquidade da educação básica no Brasil, levam a um processo em que muitos talentos são desperdiçados; muitos não atingem o nível superior; outros tantos não chegam a concluí-lo.

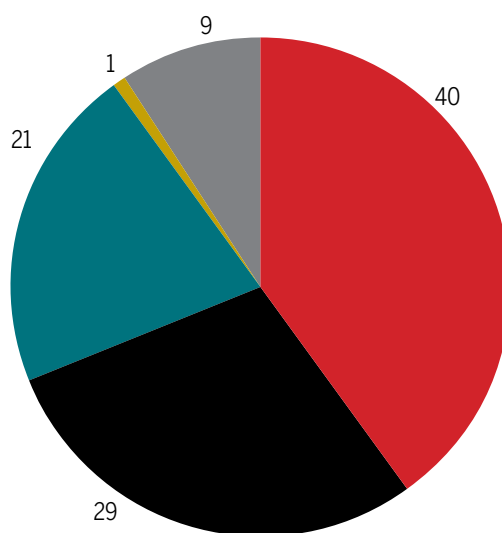
Por outro lado, enquanto 92,5% de crianças entre 6 e 14 anos frequentam o Ensino Fundamental, apenas 54% de brasileiros entre 15 a 17 anos cursam o Ensino Médio. Desses, somente cerca da metade conclui esta etapa do aprendizado.

Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aferidos em 2012, informa que somente 9% dos estudantes que terminam o Ensino Médio apresentam nível adequado em Matemática e 27%, em Português. Dos diplomados, 28% em Matemática e 14% em Português não atingiram competências do 9º ano do ensino fundamental. Em Matemática, 25% não conseguem transformar fração em porcentagem ou vice-versa, nem ler informações e dados apresentados em tabelas. Tal quadro dramático se repete a cada etapa: os alunos evoluem para o ano seguinte sem aprender o necessário na etapa anterior.

A situação apresenta-se ainda mais grave na esfera pública. A maioria das escolas públicas mantém turnos nos quais o aluno permanece, em média, por apenas 20 horas semanais na escola, contra um total de 7 horas diárias na Coreia do Sul, por exemplo. A situação é um pouco

Ingressantes 2014-1 por tipo de escola (%)

Privada Estadual Federal
Certificação Municipal



melhor na rede federal de ensino, o que favorece a cidade do Rio de Janeiro, com um número ainda alto de instituições do gênero voltadas à educação básica.

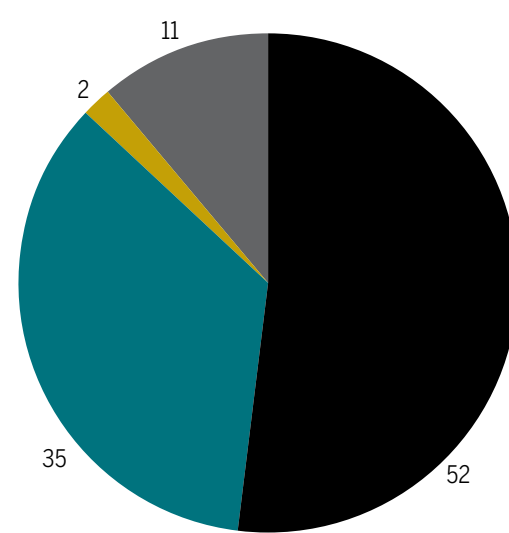
Ter clareza desse panorama é particularmente importante no momento em que 50% dos ingressantes na UFRJ, por conta da “Lei das Cotas”, cursaram, necessariamente, todo o ensino médio em escolas públicas. Na UFRJ, em 2014-1, apenas 40% dos ingressantes vieram de escolas privadas: 29% cursaram o nível médio em escolas estaduais e 21%, em escolas federais. Dentre os cotistas, os alunos egressos de instituições públicas estaduais são maioria: 52%.

O novo perfil de quem chega à UFRJ

A grande e inegável mudança ocorrida com a adoção do sistema Enem/Sisu foi, sem dúvida, a distribuição geográfica de seus domicílios de origem. Em 2010, tínhamos apenas 2% de alunos que moravam fora do Estado do Rio de Janeiro e três em quatro estudantes viviam na capital fluminense. A UFRJ, antiga Universidade do Brasil, era na verdade a Universidade da Cidade do Rio de Janeiro. Com a abrangência nacional do Sisu e a abertura de outros dois Campi fora da cidade, o perfil mudou drasticamente. Em 2014-1, 22% dos ingressantes eram provenientes de outros estados e “apenas” 58%, moradores em terras cariocas. Hoje, temos alunos de praticamente todos os estados brasileiros e um grande percentual das regiões Norte e Nordeste (o que deixa de ser surpreendente se levarmos em conta que são pedaços do Brasil onde o número de formados no Ensino Médio supera a quantidade de vagas ofertadas em cursos superiores).

Tipo de escola pública cotista 2014-1 (%)

Estadual Federal
Certificação Municipal



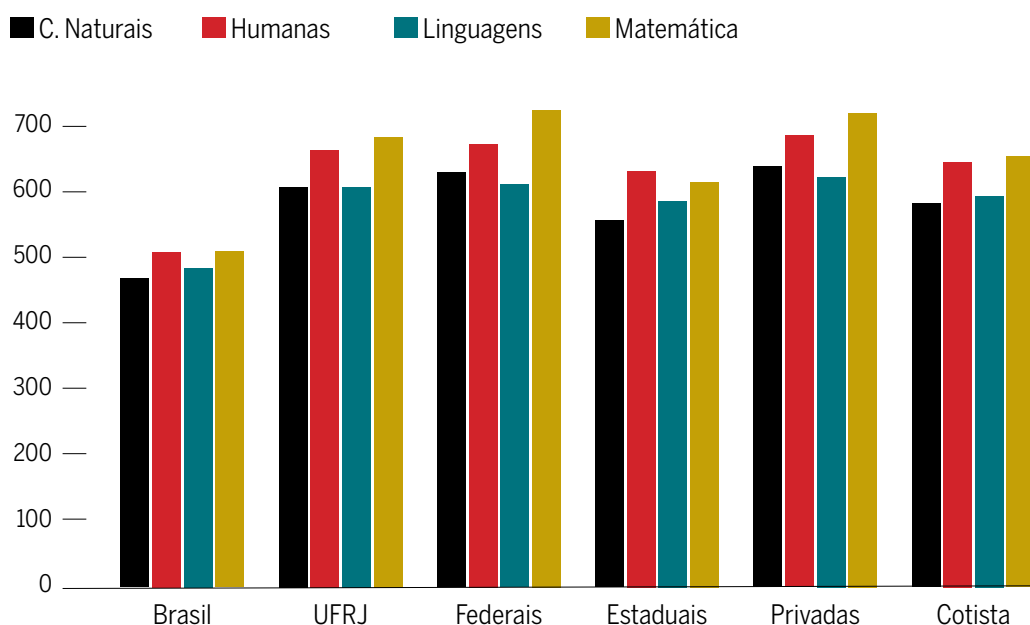
Por um lado, essa mobilidade pode ser considerada boa notícia – além de contribuir com uma formação de qualidade indiscutível a alunos de todo o Brasil, oferece a oportunidade de convívio em sala de aula com nossa riquíssima diversidade cultural e pluralidade de costumes mostrando a realidade brasileira para além do Rio de Janeiro. Por outro lado, numa cidade tão cara como o Rio, aumenta, dramaticamente, a necessidade de recursos para assistência estudantil, o que nos obriga a repensar, formular e implementar ações efetivas em relação, principalmente, a moradia, alimentação, transporte e distribuição de bolsas que garantam a manutenção dos alunos nos nossos cursos até a conclusão.

Mais: dos ingressantes pelo sistema de cotas com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio, 18% são provenientes de outros estados. Como a duração média de nossos cursos é de cinco anos, um cálculo fácil nos fornece o número estimado de 2.100 vagas em residência universitária somente para atender a esses alunos!

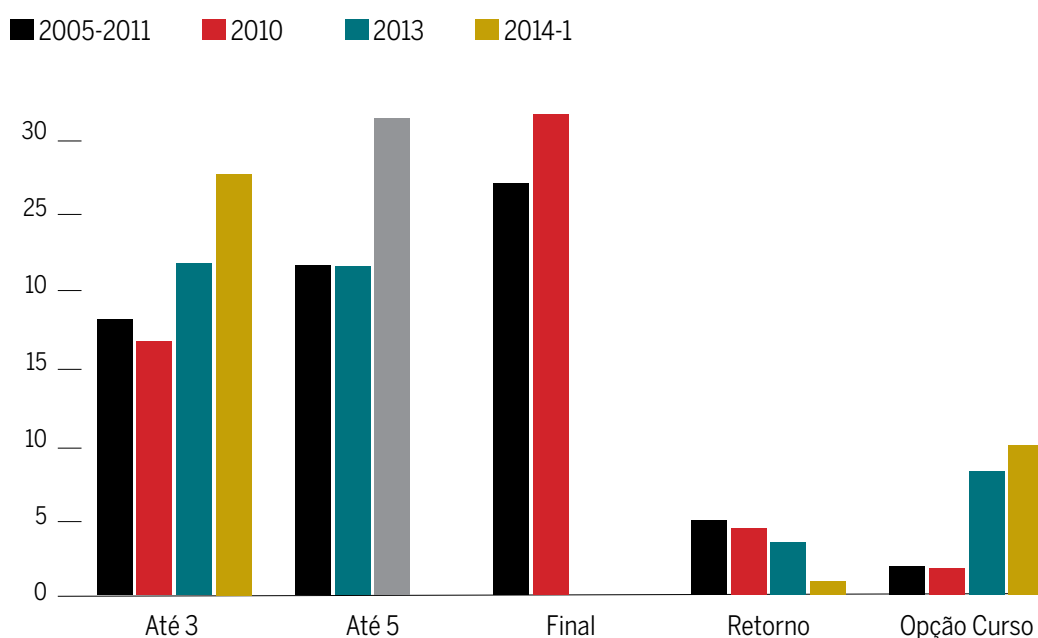
Diante do quadro desalentador, a curto prazo, em relação ao aumento de recursos para a assistência estudantil, é razoável supor que tenhamos forte aumento da evasão nos próximos anos. De fato, entre 2005 e 2011 o percentual de evasão de nossos alunos manteve-se em cerca de 30% até o fim do curso, sendo que desses, 18,5% desistiam até o terceiro período. Este índice, bastante alto e ainda muito maior em alguns cursos da área de Ciências Exatas, vem aumentando paulatinamente nos últimos anos e dos que ingressaram em 2014-1, cerca de 30% abandonaram o curso antes ou até o fim do terceiro período!

No entanto, o percentual de desistentes entre moradores de outros estados, cotistas, cotistas por renda e ingressantes por

Médias comparativas Enem ingressantes 2014-1

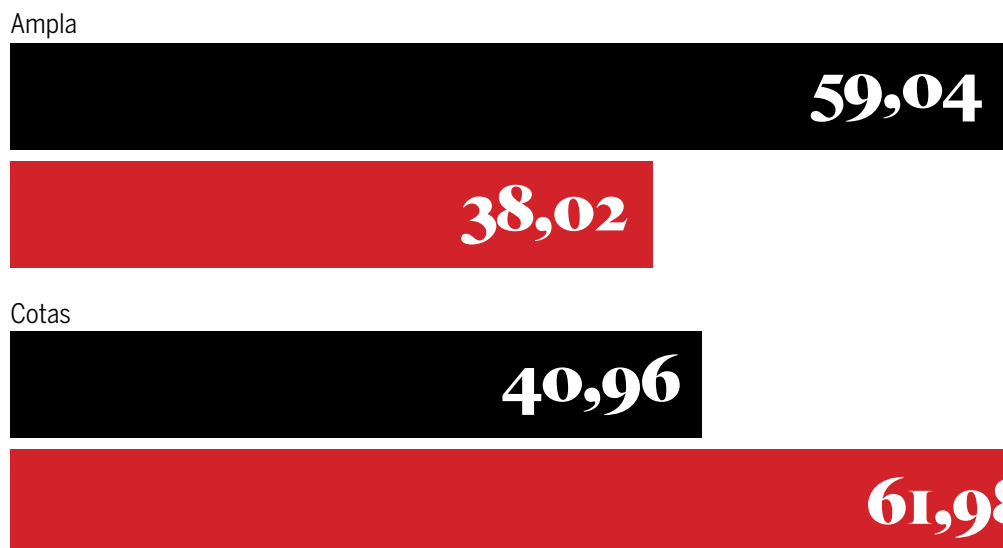


Comparativo de abandonos



Aprovação e reprovação na disciplina Cálculo I fora desistência

■ Aprovação ■ Reprovação



>>

Em 2010, 98% dos alunos viviam no Estado do Rio; no primeiro semestre de 2014, 22% dos calouros vieram de outras regiões do país

ampla concorrência é igual ao percentual desses grupos no total de nossos alunos. Portanto, não nos parece que nenhum desses fatores tenha contribuído para o aumento da evasão. Examinando as causas registradas para a desistência do curso, notamos, claramente, que o que realmente cresce é o percentual dos que desistem por opção de curso, isto é, para trocar de carreira dentro da UFRJ. Esta opção é muito facilitada pelas duas edições anuais do Sisu, independentes mas utilizando a nota obtida no Enem do ano anterior. Para ser classificado a outro curso, no Sisu-2, não é necessário, portanto, fazer novo exame: basta tentar novamente e aguardar o resultado.

Cabe-nos ainda ressaltar que o panorama não reflete, necessariamente, a situação de cada curso: a UFRJ é grande, plural e diversa; exige analisar curso a curso. Matemática, Engenharia de Produção, Geologia, por exemplo, tiveram evasão reduzida. Destes, o caso mais notável foi verificado no curso de Matemática, onde a evasão histórica que girava em torno de 44% até o terceiro período, e caiu em 2014-1 para cerca de 19%, ocorrendo a maior desistência no grupo de cotistas. Na Medicina, quase não há evasão. O que se observa hoje é a fuga de alguns poucos alunos para outras em universidades nos seus estados de origem.

A adesão ao Sisu como principal acesso aos cursos de graduação da UFRJ, ao contrário do que muitos pensam, possibilitou um aumento na ocupação das vagas oferecidas. Em 2014-1, 98,24% dos lugares foram preenchidos. Mesmo nos cursos onde a procura sempre foi muito baixa e que apresentavam sobra de vagas no nosso vestibular próprio, o percentual de ocupação vem aumentando.

Mais importante é verificar que 75% dos alunos que ingressam na UFRJ estão dentre



Nossos estudantes figuram entre os de melhor resultado no Enem, mantendo uma tradição da UFRJ

os 2% de melhor desempenho no Enem e nisso não houve mudanças: nossos estudantes figuram entre aqueles de melhor desempenho no concurso de acesso, agora em esfera nacional. Desses ingressantes, previsivelmente, os alunos das escolas públicas estaduais apresentam a menor média nas quatro provas do Exame do Ensino Médio.

Tanto a distribuição dos alunos por gênero, que repete a proporção existente na população brasileira, como a distribuição por idade se mantiveram praticamente a mesma: as mulheres predominam em todos os cursos, exceto nos cursos noturnos e nos de Engenharia e 83% dos ingressantes estão na faixa dos 17 aos 24 anos.

Embora a grande maioria dos ingressantes tenha terminado o Ensino Médio no ano do Concurso ou no ano anterior (64%), o que talvez possa nos surpreender é o fato de existir, dentre os ingressantes em 2014-1, um percentual significativo de alunos (27%), que terminou o Ensino Médio há cinco anos ou mais, sendo que 6% desses, concluíram seus estudos médios há mais de 15 anos!

O desempenho dos estudantes

Finalmente, resta-nos analisar a questão do desempenho dos ingressantes. Pela grande diversidade entre cursos da UFRJ, optamos por fazer um comparativo do desempenho de alunos em alguns cursos agrupados pelo índice de procura no Sisu e porcentagem de preenchimento de vagas. Criamos quatro grupos de cursos procurando privilegiar todas as áreas de conhecimento, com exceção para Artes, cuja entrada não é feita pelo Sisu. Do primeiro grupo fazem parte: Medicina, Direito, Geologia e Engenharia de Produção (alta procura e mais de 95% de preenchimento de vagas); do segundo, Farmácia, Ciência da Computação, Engenharia Mecânica e Biologia (de média a alta procura e mais de 90% de preenchimento de vagas); do terceiro, Serviço Social, Pedagogia, Portu-

guês-Literaturas e Engenharia Metalúrgica (de média para baixa procura e preenchimento de vagas de 80% a 90%) e o quarto grupo, com Matemática, Licenciatura em Matemática, Farmácia em Macaé e Licenciatura em Física (baixa procura e preenchimento de vagas por volta de 80%).

É interessante notar que embora não tenhamos utilizado na divisão acima nenhum tipo de critério em relação a cotistas, nos cursos do primeiro grupo mais de 80% deles provêm de escolas federais, percentual que vai diminuindo entre os grupos até o quadro se inverter: no quarto, mais de 80% dos cotistas estudaram em colégios estaduais.

Para medir o desempenho e compará-lo ao longo dos anos, criamos o Índice de Performance (IP), que corresponde ao Coeficiente de Rendimento (CR), multiplicado por um fator de correção que leva em conta o que chamamos de taxa de adesão à grade curricular (porcentagem de aprovação em disciplinas da distribuição curricular recomendada de cada período) e a taxa de sucesso (porcentagem entre número de créditos obtidos pelo aluno e número de créditos requeridos). Numa situação ideal, o IP seria igual ao CR. Para os cálculos foram considerados os valores médios de cada turma.

Separamos os ingressantes em 2014-1 em dois grupos: cotistas e não cotistas - Ampla Concorrência. Comparamos o desempenho desses dois grupos com os calouros em 2009-1 (último ano em que realizamos nosso próprio vestibular) e 2011-1 (ano em que parte do acesso foi pelo Sisu, parte pelo nosso vestibular e 20% das vagas foram reservadas para ação afirmativa por critério de renda mínima).

Note-se que entre os cursos do primeiro grupo não houve diferença significativa de desempenho, exceto entre os cotistas do Curso de Engenharia de Produção. Tal comportamento se repete nos cursos do segundo grupo: queda de rendimento no grupo de cotistas dos dois cursos da área de Exatas: Computação e Engenharia Mecânica. Chama atenção a melhora de rendimento dos ingressantes em Biologia e o melhor desempenho verificado no grupo dos ingressantes pela ampla concorrência.

Este mesmo comportamento se repete nos cursos de Engenharia Metalúrgica, Matemática e Licenciatura em Física: queda no grupo de cotistas e rendimento alto do grupo de ampla concorrência.

Não notamos também mudanças significativas dentre os ingressantes em Farmácia, a despeito de o curso ter aumentado as vagas do acesso, tampouco em Serviço Social ou Licenciatura em Matemática; ao contrário, tal como em Biologia, nota-se uma melhora no rendimento dos ingressantes desses cursos (talvez porque tradicionalmente já recebessem alunos de escolas estaduais em percentual grande e já estejam adaptados a esta realidade).



Nos cursos do terceiro e quarto grupos, a queda do rendimento dos cotistas era previsível, pois quase a totalidade dos que ingressam nestes cursos fez o ensino médio em escolas estaduais. Surpreendente é o baixo desempenho entre os cotistas dos cursos de Engenharia, visto que mais de 80% provêm de escolas federais.

Na tentativa de achar uma possível razão para este último fato, calculamos o índice de correlação estatística entre vários parâmetros levantados: média no Enem, nota na prova de Matemática e média final na disciplina de Cálculo I (básica e comum a todos os cursos de Engenharia e Ciências Exatas). A mais alta e significativa das correlações foi entre o IP e a média final obtida em Cálculo.

Isso significa que, em termos estatísticos, para estudarmos o desempenho dos alunos das Áreas de Engenharia e Ciências Exatas, basta analisarmos o desempenho nessa disciplina: 21% de desistência, 41% de reprovação e apenas 38% de aprovação, em 2014-1. Mais de 25% dos cotistas obtiveram média final inferior a um e entre os que cursaram a disciplina até o final, o índice de reprovação atingiu mais de 60%. Índices altos de reprovação nesta disciplina se repetem em vá-



Para entender o sistema Sisu/Enem

O Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação de abrangência nacional, por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em 2015, participaram do Sisu 128 instituições públicas, sendo 55 universidades federais.

São duas edições por ano, sempre utilizando a nota aferida pelo Enem do ano anterior, para a classificação dos alunos de acordo com as vagas, pesos, notas mínimas e políticas de ação afirmativa definidas por cada instituição federal de ensino superior. O sistema de classificação usado pelo Sisu tem a peculiaridade de divulgar a linha de corte dos cursos, ao fim de cada dia e permitir a mudança de opção pelo candidato durante o processo que dura até cinco dias.

O Enem, criado em 1998, tinha como objetivo inicial “avaliar o indivíduo ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania” (Inep, 1998). Em 2009, sofreu mudanças no formato e na metodologia, passando a adotar uma matriz de referência e a atribuir escores aos candidatos. Hoje, além de ser um instrumento para avaliação do Ensino Médio e referência para a autoavaliação, é usado para múltiplos fins: acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao Ensino Superior; certificação de jovens e adultos em nível de conclusão do Ensino Médio; acesso a programas governamentais, tais como Fies, Prouni e avaliação do desempenho acadêmico dos ingressantes nas instituições de educação superior.

O Enem é constituído de cinco provas, aplicadas em dois dias: Ciências Naturais, Ciências Humanas, Linguagens, Matemática e Redação. Utiliza a Teoria de Resposta ao Item (TRI), modelo matemático e probabilístico, de forma a tornar as notas comparáveis em diversos anos.

Além da adesão ao Sistema Enem/Sisu para acesso aos cursos, na UFRJ, a partir de 2014, houve a aplicação integral da Lei 12.711/2012, mais conhecida como a “Lei das Cotas”.

De acordo com a regulamentação, no mínimo metade das vagas oferecidas no concurso de acesso deve ser reservada para alunos que tenham cursado, integralmente, o Ensino Médio em escolas públicas e metade delas a estudantes oriundos de famílias com renda média per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Além disso, essas vagas devem ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o censo mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

rias universidades do mundo, mas neste momento vem exigir de nós um esforço redobrado na atenção a estes alunos.

Hoje, a educação superior deixou de ser privilégio de alguns e passou a ser desejo legítimo de muitos. No entanto, por oferecermos poucas oportunidades acadêmicas para que os alunos consigam acompanhar com sucesso o desenvolver das disciplinas, permanecer na universidade e concluir seu curso, corremos o risco de transformar o sonho de muitos em realidade para poucos.

Para que as hipóteses levantadas neste estudo possam ser consideradas válidas, é necessário refazê-lo nos próximos anos para comprovar se tendências verificadas se repetem e se cristalizam. Isso é particularmente importante, visto que 2014 foi o primeiro ano de aplicação do percentual mínimo de acesso reservado a estudantes de escola pública, e o primeiro do atual período em que, após cinco anos de mudanças sucessivas nas regras para o ingresso, não houve alterações nessas regras.

Desde já, grandes desafios nos são apresentados. O principal continua sendo democratizar o acesso, crescer e manter a qualidade que sempre nos caracterizou.

No momento é urgente definir políticas de assistência estudantil que garantam as condições mínimas de permanência dos alunos na UFRJ.

Igualmente importante é participar do esforço para melhoria da educação básica. Embora não seja nossa missão interferir diretamente nesse nível de ensino, a nós cabe a tarefa primordial de atuar fortemente na formação inicial e continuada de professores, dando especial atenção e apoio aos cursos de Licenciatura. Além de participar da formulação de políticas públicas para formação continuada de Professores.

Por fim, cabe somente a nós, conscientes dos alunos que hoje recebemos, adotar currículos mais flexíveis que permitam: reorientar a formação; atender às diferenças culturais e individuais com possibilidades de aceleração para alguns e de recuperação para outros; desenvolver hábitos de estudo e senso de responsabilidade; usar diferentes e variadas formas de comunicação; e, como feito em muitos de nossos cursos com sucesso, envolver os alunos na pesquisa desde cedo ajudar a garantir a qualidade do ensino que ministramos e pode fazer a diferença entre a assistência e o sucesso de nossos estudantes.

‘Os sentidos de universidade estão em disputa’

‘A UFRJ ainda carece do reconhecimento formal do racismo como algo estrutural’, ensina a professora do Faculdade de Educação

por Flávia Oliveira
>> JORNALISTA

Giovana Xavier, 37 anos, integra uma nova geração de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cresceu numa família de classe média baixa do Méier, subúrbio carioca. Sua história se assemelha a de um sem número de jovens negras brasileiras, que saíram da periferia para tomar assento nos bancos acadêmicos. Filha única de mãe professora, pai ausente e avó ultrapresente, que imprimiu pulso firme à sua formação escolar, graduou-se em História no IFCS e passou por UFF, Unicamp e New York University nos cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Voltou à UFRJ em 2013, como professora da Faculdade de Educação. Integra o recém-aprovado Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab), estrutura que desembarca atrasada na mais antiga universidade pública do Brasil. Na entrevista ao “Jornal da Adufrj”, Giovana não esconde as opiniões contundentes que a fazem se definir como ativista acadêmica. Fala sem pudor do racismo na universidade, tema historicamente constrangedor no meio acadêmico. “A UFRJ tem um espaço de visibilidade construído por intelectuais brancos das classes altas”, dispara. Nos últimos anos, a entrada crescente de alunos negros e de baixa renda vem consolidando o discurso crítico e pavimentando mudanças na estrutura (ainda rígida) do ensino superior no Brasil. Estudante na geração pré-cotas, ela identifica e apoia as transformações. “Os sentidos de universidade estão em disputa e a materialidade dos nossos corpos (negros) ali é um exemplo vivo disso”, resume.





O saber negro é desqualificado, classificado como ativismo de forma pejorativa”

A senhora foi aluna da UFRJ na graduação em História, em 2000. Passou pela UFF no mestrado, pela Unicamp no doutorado e conquistou uma bolsa-sanduíche na New York University (EUA), fez pós-doutorado, de novo, na UFF. Como foi voltar à UFRJ como professora?

>> **GIOVANA XAVIER:** Em 2013, fiz concurso para a UFRJ e passei para ensinar História na Faculdade de Educação. Hoje em dia, vou ao IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) e vejo muita gente preta. É pouco ainda, mas nem se compara à minha época como aluna. Na minha turma do mestrado, não havia negros. Na graduação, pré-cotas, tinha. Não por acaso, era o curso noturno. Éramos 45 alunos, cinco negros. Essa galera apostava muito em mim. Eles sempre acharam que eu seria a acadêmica.

Sempre pensou em entrar para a academia, dar aulas?

>> Sempre quis fazer faculdade, mas na perspectiva de família pobre em ascensão. Queria arrumar emprego, ser professora como minha mãe, que foi determinante nessa trajetória. Minha mãe fez História na UERJ nos anos 1970. Deu aula por 30 anos na Escola Municipal Senador Camará, que atende à comunidade da Vila Vintém (Zona Oeste do Rio). Ela era a professora do bairro, que todo mundo amava e que recebia missa de ação de graças todo ano. Minha mãe fez universidade com o espírito de ascensão para ela e para a família, não tinha a perspectiva de inserção na vida acadêmica. Quando terminei a graduação, veio a ideia de cursar a pós. Mas sempre me vi como professora da educação básica. Pela história da minha mãe, pelo meu envolvimento com a formação de adolescentes e adultos desde muito nova, mas também pelo racismo. Era um sentimento dúbio. Acreditava que podia, mas não achava que era para mim. Mas fui fazer. Hoje, formo futuros professores e professoras.

Durante sua trajetória como estudante a senhora percebeu que estava vivendo a transição para um modelo de mais inclusão social e racial nas universidades brasileiras? A transformação da virada do século era visível?

>> Não. Acho que fui a última geração a se construir academicamente como “negro excepcional”. Estudei no Colégio Helio Alonso, no Méier, que era voltado à classe média alta da região. Tive a vivência de ser a criança negra na escola branca. Era a experiência de acesso a uma educação formal tida como de excelência, mas de um cotidiano muito perverso, por ser negra e visivelmente em situação desigual de classe. Na minha família, fomos criados sabendo que somos negros. Mas era uma família muito conservadora na estrutura. Lembro até hoje de frases da minha

avó: “Nós que somos de cor não podemos usar som alto, temos de falar baixo, estar com o cabelo penteado”. Eu nunca estive disponível para reproduzir esse discurso. Sempre fui muito questionadora, muito observadora e muito das discordâncias. No doutorado, usava sempre uma frase do (sociólogo Luiz Carlos) Costa Pinto, que trabalhou no Projeto Unesco, para pensar relações raciais no Brasil dos anos 1950. Ele concluiu que o racismo foi determinante para marginalizar a população negra no mundo urbano-industrial, enquanto Florestan Fernandes e Roger Bastide vão atribuir isso à herança da escravidão. Costa Pinto ficou na margem, mas ele dizia: “O problema é quando os micróbios passam a ser cientistas da própria história”.

É com esse espírito que surge o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros)?

>> O Neab foi fundado em dezembro de 2015. Eu sou uma das pessoas que participaram da construção, mas a discussão é anterior à minha entrada na universidade. Tudo começou com Marcelo Paixão (Instituto de Economia), Amilcar Pereira e Rosana Heringer (ambos da Faculdade de Educação) e outras figuras. Teve a ver com o processo de renovação da UFRJ, quando entraram mais professores negros. O núcleo está em processo de construção. É um caminho a ser traçado.

A universidade está convencida de que os estudos afro-brasileiros são uma área de estudos a ser desenvolvida?

>> A UFRJ é muito grande, mas dá para falar que para o seminário de constituição do Neab todas as pró-reitorias foram convidadas e se fizeram representar, além do gabinete do reitor. Isso diz muito. Há um reconhecimento de que é um espaço que precisa ser desenvolvido, que deve receber investimentos. E, realmente, é para se pensar que uma universidade do porte da UFRJ não tenha um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, órgão já consolidado numa série de universidades públicas.

A que atribui a demora para a UFRJ pavimentar esse caminho?

>> Acho que não surgiu antes pelo conservadorismo, pela naturalização do racismo, pela meritocracia. Há o fato de a UFRJ ser a universidade mais antiga do Brasil. A UFRJ tem um espaço historicamente construído por intelectuais brancos das classes altas, que têm um discurso progressista na desigualdade de classe, mas que coexiste com a naturalização do racismo. Acho que há dificuldade de articular a desigualdade de classe e o racismo. A UFRJ, como instituição, ainda carece desse reconhecimento formal do racismo como estrutural. Tanto que a implementação do sistema de cotas tem vindo no formato de cotas sociais.

A UFRJ foi das universidades públicas que mais resistiram ao sistema de cotas. Ainda hoje há dificuldade de reconhecer a dimensão da desigualdade racial e compensá-la. Quando isso muda?

>< É difícil avaliar, porque a universidade é muito grande. Tenho o entendimento de que estou num espaço diferente, mais aberto, a Faculdade de Educação. Imagino como são os cursos de medicina, odontologia, engenharia. A gente tem notícias, mas não tenho ingerência nesses espaços.

A mudança no perfil dos alunos pode apressar essa mudança?

>< As políticas de assistência estudantil estão todas sendo repensadas. Até 1988, os negros eram 2% dos alunos, agora são 8%. Ainda é muito pouco, mas criou um novo cenário. No IFCS vejo que tem muita gente preta. Não era assim há seis anos. Isso tem trazido questões para a universidade. Uma delas é a alteração na configuração das organizações do movimento estudantil. A UFRJ hoje tem três coletivos de estudantes negros. A grande diferença é que, a despeito de o racismo ser naturalizado, isso coexiste com o reconhecimento do racismo como um problema. É claro que a gente vê situações de desqualificação, coisas do tipo “isso não é racismo” por parte de colegas, de estudantes, de pessoas em postos estratégicos. Mas esse discurso não é uma verdade absoluta, ele tem outra versão em disputa.

Os alunos já chegam com essa consciência racial, entram na universidade preparados para esse disputa? Acha que eles estão, do ponto de vista da narrativa, à frente dos professores ou da instituição?

>< São muito diversos. Mas acho que chegam, sim, com discurso de muita afirmação racial e de grande expectativa de retribuir os esforços das famílias para que chegassem ao ensino superior. Amigos que não tiveram as mesmas chances são lembrados como retrato do Brasil desigual. A questão da corporeidade também salta aos olhos. Há muito cabelo black, muito turbante. Faz parte da luta por afirmação racial.

São os estudantes que estão forçando uma mudança de postura da universidade?

>< Disso eu não tenho dúvidas. Por vezes, é até delicado, porque a universidade, eu diria, não se preparou previamente. Os estudantes chegam com questões. Eles são a materialidade de desigualdades produzidas pela articulação de raça, classe, gênero. Ao mesmo tempo, há o investimento da instituição em construir um discurso de desigualdade de classe. Na Faculdade de Educação, por exemplo. Historicamente o curso de Pedagogia tem sido um canal de inserção da mulher negra na universidade. A maioria dos estudantes é de mulheres e

negras. Elas têm a formação na escola pública, com arranjos econômicos e materiais precarizados. Passaram por esse processo formativo e você consegue identificar a desigualdade de capital cultural. Para mim, é evidente que há um problema racial e de gênero. Mas o discurso da universidade em situações como essas é tentar equiparar o problema às desigualdades de classe. Daí oferece, por exemplo, oficinas de escrita, mas sem explicitar as outras dimensões.

A formação precária no ensino básico não apenas reproduz a discriminação, mas sonega conhecimento sobre a história, a cultura, as tradições afro-brasileiras. Os alunos, ao chegar percebem essas lacunas?

>< Acredito na universidade como lugar para produção de conhecimento emancipatório. Acompanho muito a experiência de mulheres, que não chegam com essa consciência, mas que a descobrem ali dentro, seja por uma vivência explícita de racismo e desigualdade, de histórias ofensivas e desrespeitosas em sala de aula, seja por iniciativas mais afetivas e acolhedoras, caso da disciplina Intelectuais Negras, que leciono. Há várias alunas que, em quatro ou cinco meses, se descobrem ou se fortalecem como mulheres negras com um papel a cumprir. A universidade é um campo de disputas. Pode ser tanto esse espaço desacolhedor, que gera alto índice de evasão e afeta muito negros que estão chegando e não conseguem ficar, como o lugar de fortalecimento, empoderamento e produção de outra leitura de si mesmo e dos outros.

É crescente a verbalização dessas angústias, dessas descobertas?

>< A quantidade de alunas negras que têm passado pelo processo de transição capilar, por exemplo, que têm passado a postar coisas sobre racismo, tanto escrevendo quanto republicando... Por professora negra, é grande a quantidade de e-mails que recebo sobre situações de racismo ou pedindo orientações. Chegam até pedidos que eu não tenho como suprir na medida da demanda emocional criada. Mas a população negra é muito diversa. Há mulheres e homens com diferentes pensares. Ao longo da minha experiência, tenho aprendido que o silêncio também é uma fala. Há pessoas negras que não tematizam. Isso também é um jeito de lidar com a questão.

Ainda assim, a senhora se definiria como alguém esperançosa na transformação da sociedade brasileira?

>< Sim, sou esperançosa. Às vezes, mais que os alunos, porque a estadia deles na universidade é muito perversa, dura. Ganham muito pouco com as bolsas. O dinheiro deveria ser só para pesquisa, mas muitas vezes ajuda a compor o orçamento familiar.



“

Sabemos sobre arranjos de oralidade trazidos pelas famílias mais pobres, negras. Se a universidade não está disposta a considerar isso um saber, sem degraus, sem hierarquia, fica difícil”

Significa que, além do ensino, é necessária uma rede mais ampla de acolhimento do estudante pela universidade?

>< Sim, mas o ensino também é violento. Os alunos se ressentem muito de passar a graduação inteira sem ler uma autora ou um autor negro. Eles relatam isso como uma violência cotidiana. O saber negro é desqualificado, classificado como ativismo de forma pejorativa. No primeiro dia de minha aula sobre Intelectuais Negras, perguntei o que tinha levado os estudantes ao curso. A maioria respondeu que não tinha lido uma autora negra em quatro anos de universidade. A tônica dos depoimentos era mais ou menos essa. A gente pensa muito na marginalização econômica. Sim, ela é determinante para um aluno permanecer ou não naquele espaço, mas acho que essas violências da ordem da distribuição do conhecimento afetam muito os estudantes.

São experiências que influenciam a identidade racial, de gênero...

>< É muito emocionante ver o brilho nos olhos das pessoas ao conhecerem autoras e autores negros, ao se identificarem com outras formas de escritas que não estão dadas pela cor da pele, mas pela experiência que a cor da pele gera. Sou uma professora de ensino de História, sou uma ativista. Escolhi me chamar dessa forma, de ativista acadêmica, na universidade. Vejo-me como alguém que faz ações afirmativas de formiguinha, usando as próprias mãos e a estrutura que o currículo permite transgredir. Meus programas de curso sempre têm mulheres, autoras e autores negros. Fui fazer curso sobre tempo e narrativas.



As ementas em geral só tinham homens brancos europeus. Trabalhei para incluirmos as noções de temporalidade de povos africanos e indígenas. É isso que chamo de sentidos em disputa. Meu trabalho é construir esses outros sentidos de universidade.

Imagino que seja um processo muito solitário o de assumir esse papel de ativista?

>< É solitário, sim, porque é difícil construir caminhos fortes e empoderadores frente a uma questão que é estrutural, mas também é naturalizada. O racismo é estrutural e naturalizado. Já ouvi questionamentos sobre por que o nome do curso não é só Intelectuais. “Por que tem de ser intelectuais negras?”, perguntam. Eu respondo: “Gente, porque intelectuais são sempre as mesmas pessoas. Vamos fazer dessa vez com pessoas diferentes?” Na verdade, você racializa o tempo todo. Mas como branco e branquidade são a norma, isso não é visto como racialização, mas como normalidade. Quando você coloca a questão do negro, começa a resistência. A conversa é sempre “eu acho ótimo, mas”.

A academia ainda tem muito pudor de falar abertamente sobre racismo. E, talvez, ainda mais dificuldade em dar voz ao outro?

>< Acho que tem. No dia a dia, isso é muito complicado. Não tem a ver com indivíduos, mas com a estrutura, com arranjos da universidade. A gente tem aula de Intelectuais Negras no Campus da Praia Vermelha, porque a Faculdade de Educação está sem sede, a gente está em diáspora. É muito interessante que, quando chegamos para a

aula, somos um monte de mulheres pretas. É muito legal a acolhida das funcionárias terceirizadas, que facilitam tudo naquela estrutura muito precária. Têm uma cumplicidade no olhar. Eu acho que elas estão entendendo muito bem o que está acontecendo ali, e isso mexe com todas. A aula é num contêiner, mas eu me sinto melhor ali do que em muitas salas de aulas com todos os recursos materiais possíveis. Quando meus alunos, especialmente os negros, assumem um discurso que a universidade é racista, que não é para eles, eu os desafio a pensar que não existe um só sentido de universidade. Os sentidos de universidade estão em disputa e a materialidade dos nossos corpos ali é um exemplo vivo disso.

Quero ouvi-la a respeito do velho debate sobre a entrada de alunos negros e de baixa renda, oriundos da escola pública, diminuir a excelência do ensino universitário. É o argumento habitual dos defensores da meritocracia. Mas até que ponto a nota é única dimensão do que se pode chamar de mérito? A diversidade não deveria ser um bônus?

>< Na minha experiência como professora, cotistas negros sempre tiveram notas maiores em relação às turmas. Há uma leitura positiva nisso, mas também algo a se pensar, porque esse discurso de se construir na excepcionalidade é violento no dia a dia. O problema todo está no sistema de avaliação, que se baseia numa ideia de cultura acadêmica meritocrática dentro de um pensamento único do que seja mérito. São sistemas de avaliação que não costumam prezar a autonomia dos estudantes nem a educação como prática de liberdade, como dizia (*o educador*) Paulo Freire. Geralmente, os sistemas avaliativos na universidade são para confirmar verdades trazidas por vozes autorizadas há séculos, com muito pouco espaço para autonomia, para gerência dos próprios conhecimentos. Acho que para fazer essa discussão a gente tem de necessariamente pensar um sistema que considere as experiências distintas dos estudantes.

Como seria isso?

“

Qual o lugar das travestis e de transexuais, transgêneros na universidade? Esse tema tinha de ser alvo de uma política de Estado com acompanhamento, monitoramento”

>< Por exemplo, a academia se organiza pelo registro escrito. Mas e as experiências orais, os saberes trazidos há gerações? Sabemos sobre arranjos de oralidade trazidos pelas famílias mais pobres, negras. Se a universidade não está disposta a considerar isso um saber, sem degraus, sem hierarquia, fica difícil. Falo do compromisso que as universidades como instituições públicas têm em pensar programas de cursos que tenham diversidade de pensamento de gênero, raça, classe. Sexualidade, então, não vou nem comentar. Qual o lugar das travestis e de transexuais, transgêneros na universidade? Por ser tão delicado e vulnerável, esse tema tinha de ser alvo de uma política de Estado com acompanhamento, monitoramento.

Como avalia a ampliação da diversidade regional nas universidades públicas a partir do Sistema de Seleção Unificada (Sisu)? Essa mistura é real?

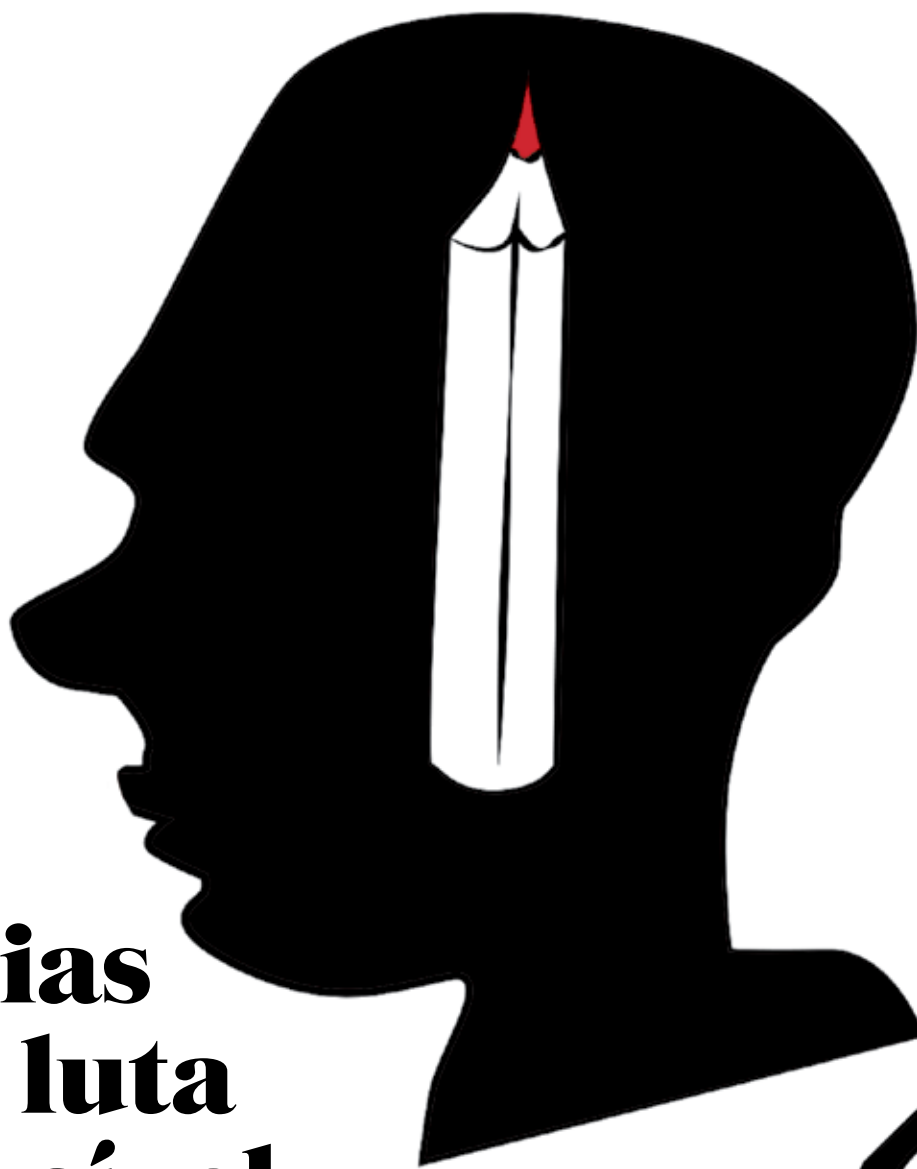
>< Há uma diversidade crescente também sob essa perspectiva regional. Já tive alunos de Rio, Brasília, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais. Há uma complicação pela dificuldade no acesso a residências, muitos têm problemas financeiros. É uma experiência recente, mas enriquecedora em muitos aspectos. Há uma troca de vivências, algumas nem sempre agradáveis. Sei de alunos brancos do Nordeste, por exemplo, que sofreram preconceito pela primeira vez na vida quando chegaram na universidade no Sudeste. Eles foram discriminados pelo sotaque que carregam. Essas são experiências que ajudam a desnaturalizar privilégios.

Vivemos no país uma conjuntura de aguda crise política, recessão econômica, restrições orçamentárias. Esse ambiente preocupa? Sabe se os estudantes estão sofrendo pressão das famílias para ajudar no orçamento doméstico, por exemplo, em detrimento dos estudos?

>< Acontece direto. Há gente que desiste da bolsa de pesquisa de R\$ 400, porque arremou trabalho de 9h às 17h no comércio, para ganhar o dobro ou mais. Minha impressão é que do ano passado para cá, isso tem aumentado. Há algumas bolsas com atraso e isso, quando acontece, é um caos.

Isso pode ameaçar ou interromper esse processo de transformação da universidade, que a senhora classificou como sentidos em disputa?

>< Pode. Acho que tem sido muito importante a quantidade de políticas públicas. Elas têm sofrido redução, mas a possibilidade de bolsas de pesquisa, de permanência, o próprio auxílio transporte ajuda. Não gosto de falar de medo, porque atrai. Mas eu acho que o terreno ainda é muito movediço e pode mudar a qualquer momento.



Memórias de uma luta inesquecível

A dura batalha pela implantação das ações afirmativas na UFRJ, uma história de avanços e recuos que ratifica: nada será como antes

por Marcelo Paixão

<> PROFESSOR-ADJUNTO (LICENCIADO) DA UFRJ

Marcelo – Oi, Aloísio, tudo bem? Como já havia te dito queria apresentar a proposta das ações afirmativas no Conselho Universitário ainda no começo deste ano. Você já conhece meu ponto de vista sobre este assunto e mesmo com todas as nossas diferenças sempre conseguimos dialogar. Queria muito contar com seu apoio e compreensão neste momento.

Aloísio – Oi, Marcelo. Entendo o seu ponto de vista. Fique tranquilo. Pode apresentar a proposta. Garanto-lhe que ela será apreciada e votada pelo Conselho.

Era algum dia de verão de 2010. Tal como toda a Universidade, estava de férias. Uma vez residindo naqueles idos no bairro Quitandinha, em Petrópolis, solicitei uma conversa telefônica com nosso de resto saudoso reitor, Professor Aloísio Teixeira. A conversa, de minha parte ocorrida na va-

randa da antiga casa, em meio à brisa fresca da noite serrana, se deu mais ou menos nos termos descritos acima.

Os trabalhos no Conselho Universitário (Consuni) estavam para ser reiniciados, e minha intenção era dar seguimento àquilo que me havia prometido quando ingressei naquele Conselho: atuar para reabrir o debate, paralisado desde 2007, sobre as ações afirmativas na UFRJ. De relatos de experiências anteriores em universidades públicas nas quais as ações afirmativas haviam sido adotadas, já sabia que o sucesso destas medidas em grande medida dependia da vontade política dos respectivos reitores. Por outro lado, confesso que de minha parte havia uma preocupação pessoal no pedido daquele diálogo telefônico.

Ao ingressar no Instituto de Economia (IE), em 1999, havia dividido com Aloísio a mesma sala, sempre em clima de mútua estima e consideração. Entre 2008 e 2011, havíamos compartilhado uma interessante experiência de um curso de Pós-Graduação no IE chamado Intérpretes





do Brasil. Não somente pudemos ler em conjunto alguns dos célebres autores fundadores da moderna identidade nacional, mas, muito respeitosamente, cotejar nossas diferentes opiniões sobre pensadores tão influentes quanto polêmicos, como, Gilberto Freyre, Sergio Buarque, Raimundo Faoro ou Florestan Fernandes. Em suma, às vésperas do debate das ações afirmativas na UFRJ, tive – e creio que nosso antigo reitor talvez tenha tido o mesmo entendimento – uma imensa preocupação para aquele momento não afetar (como, felizmente, não afetou) nossa relação de coleguismo e amizade.

De qualquer forma, para além dos bons modos no plano das relações pessoais, havia um embate a ser percorrido. Quem conheceu o reitor há de lembrar que, sempre afável e cordial, Aloísio era muito resoluto, e algumas vezes, deveras severo, em seu modo de ser no aspecto político. De minha parte, teço estes comentários desprovido de qualquer sentimento depreciativo. Em uma sociedade democrática, os embates políticos são feitos de forma muito assertiva, isto qualificando o assunto através de um eufemismo. Naquele momento eu, Marcelo, e ele, Aloísio, defendíamos pontos de vista contrários sobre a ação afirmativa na UFRJ. Seria inevitável que algum conflito surgisse na condução do debate. Tanto melhor que tivéssemos a suficiente maturidade para conduzir a questão da forma mais cristalina possível. Como, de resto, acho que tivemos.

Não era segredo para ninguém que Aloísio era contra a ação afirmativa em geral, e a reserva de vagas para afrodescendentes, em particular. De qualquer maneira, a pergunta que me fiz naqueles idos era: quais os motivos pelos quais Aloísio, costumeiramente uma pessoa tão franca na exposição de seus princípios, perante meus argumentos, não apenas não me desencorajou, como verdadeiramente me estimulou a apresentar a proposta da ação afirmativa no Consuni?

Não teria como dar uma resposta peremptória. De qualquer sorte, tenho razoáveis motivos para supor que a verdadeira motivação não diga respeito tanto à ação afirmativa em si. Mas, antes, em relação a um debate não menos

polêmico que vinha seguindo em paralelo dentro da UFRJ naqueles idos: a adesão da instituição ao Enem-SISU. Mas por que julgo que uma coisa tinha a ver com a outra?

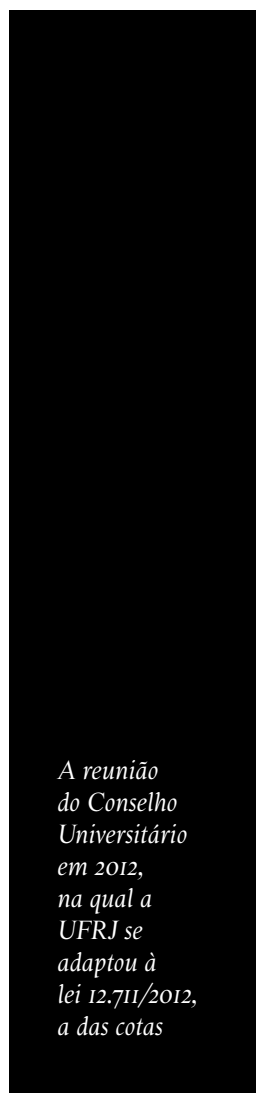
Apesar do ano de 2010 ter sido o da adesão à ação afirmativa, não é verdade que tenha sido este o momento no qual a universidade se abriu para o debate. O Conselho de Ensino e Graduação (CEG) vinha promovendo, desde 2003, debates em torno de possíveis ações afirmativas. Nos dias 20 e 21 de agosto de 2007, ocorreu um Seminário, promovido pela Pró Reitoria de Extensão (PR-5), em parceria com o Projeto Conexão de Saberes, “Ações afirmativas e o desafio da democratização do acesso e da permanência na universidade”. Em linhas gerais, aqueles foram os primeiros passos mais concretos que a UFRJ havia dado sobre o tema, tanto da democratização de acesso em geral, como sobre a ação afirmativa em particular. Infelizmente, aquelas iniciativas não levaram a nenhum resultado concreto. E desde então as conversações naquele terreno ficaram simplesmente paralisadas.

É fato sabido que a reserva de vagas nos cursos de graduação enfrenta fortes resistências junto às classes médias e à elite socioeconômica brasileira. Entretanto, na UFRJ, tal reticência parecia ter se colocado com uma força especial.

Entre 5 e 7 de maio de 2009, nas eleições para o glorioso Diretório Central dos Estudantes (DCE) Mario Prata, se apresentou uma chapa que singelamente se denominava “Unidos pela UFRJ – contra as cotas”. Ficou em um honroso terceiro lugar, escolhida por 1.056 estudantes, ou 14% dos votos válidos, o que mais ou menos refletia o perfil dos estudantes de nossa universidade.

No corpo docente também eram recorrentes as manifestações contrárias à ação afirmativa. José J. Carvalho, em artigo publicado em 2003 estimou que dos 3.200 professores da UFRJ apenas 20 fossem negros. Em que pese esta estimativa ter sido avaliada pelo próprio autor como imprecisa, o desconcertante fato é que a composição racial não parecia destoar excessivamente da realidade vivida por qualquer um de nós em corredores e salas de aula. De qualquer forma, para além da composição de cor ou raça, naqueles idos a UFRJ também vinha se caracterizando como uma espécie de trincheira para os colegas contrários à adoção da ação afirmativa, especialmente as que miravam afrodescendentes.

Em 30 de maio de 2006 a nação foi informada que 113 professores e pessoas de letras haviam assinado um manifesto sugestivamente intitulado “Todos têm direitos iguais na república democrática”. Apesar de conter assinaturas de todo o país, o documento pode ser descrito como verda-



A reunião do Conselho Universitário em 2012, na qual a UFRJ se adaptou à lei 12.711/2012, a das cotas



MARCO FERNANDES

deiramente carioca ou fluminense. Do total de assinaturas, praticamente metade (61) partia de pessoas vinculadas ao meio acadêmico e intelectual do Rio de Janeiro. A nossa UFRJ contribuiu com 17 referendos, tornando-se individualmente a instituição com maior número de adesões. (A lista está em http://www.nacaomestica.org/abaixo_assinado_contra_cotas.htm). A UERJ vinha em segundo lugar com 15 assinaturas. A USP, maior universidade brasileira, e igualmente conhecida pela sua resistência às ações afirmativas, contribuiu com apenas seis adesões.

Em 2001, em entrevista à “Veja” (no 1.722, de 17 de outubro), o então interventor José H. Vilhena se manifestou explicitamente contra esta medida, numa posição que não era solitária, mas proferida abertamente por colegas identificados às mais diferentes matizes ideológicas. Ao contrário do que se poderia esperar, dentro da UFRJ não havia exatamente um Centro-decânica especialmente contra as ações afirmativas. Dos caretas do CT-CCMN-CCS-CCJE aos descolados do CFCH-CLA. Os que defendiam as ações afirmativas formavam conspícua minoria. Mais precisamente os colegas que assinaram a “Carta aberta sobre cotas na UFRJ”, de 19 de agosto de 2010, de apoio à medida, não passaram de um punhado de nove dezenas!

Relembrando aqueles idos: não é exagero dizer que nossa universidade havia se tornado a capital das articulações antição afirmativa em todo o país. Daí, segundo minha avaliação, a importância estratégica do que viria a ocorrer na UFRJ no seguimento deste debate, não somente para ela mesma, mas para o futuro desta causa no plano nacional.

O jogo de xadrez

Responsável por 139 cursos e cerca de 36 mil estudantes da graduação, o CEG (Conselho de Ensino de Graduação) pode ser considerado o segundo mais importante órgão colegiado da UFRJ. Pude acompanhar mais de perto o trabalho daquele colegiado acadêmico quando fui Diretor Adjunto de Graduação do curso de Ciências Econômicas entre 2005 e 2009. No momento do debate da ação afirmativa (2010-2012), a maioria do CEG assumiu uma posição da qual, democraticamente, divergi.

No ano de 1987 o carismático reitor Horácio Macedo havia decidido retirar a UFRJ do até então vigente Vestibular unificado, gerenciado pela Fundação Cesgranrio. Desde então, a universidade vinha realizando um exame próprio de acesso aos seus cursos de graduação. No momento em que o debate da ação afirmativa foi reaberto, a posição do CEG manteve-se majoritariamente contrária às mudanças pretendidas pela reitoria em relação ao nosso sistema de vestibular.

Uma das grandes novidades do sistema da UFRJ estava nas questões do exame vestibular, no modo discursivo, e não mais na múltipla escolha. O modelo, certamente, inibia os truques, macetes, chutes, colas e métodos de aprendizado baseados na exclusiva memorização de padrões de perguntas e respostas. A princípio, o CEG defendia a preservação do sistema pelos motivos pedagógicos. Em que pese a consistência dos argumentos, tal posição acabava deixando sem respostas inúmeras outras questões; talvez a principal: a responsabilidade dos sistemas seletivos vigentes na reprodução das desigualdades sociais e raciais no país.

O Conselho daqueles idos defendia que na verdade havia antes um excesso do que falta de vagas para os



estudantes do ensino médio que tinham concluído esta etapa de sua vida escolar. A UFRJ, entre 1990 e 2010, em grande medida a partir da adesão ao Reuni, havia duplicado sua oferta para cursos de graduação, com 8 mil vagas anualmente abertas. Por outro lado, o número de candidatos provenientes do ensino médio vinha sendo inferior à oferta dos estabelecimentos públicos de ensino superior no Rio de Janeiro. A abstenção se verificava especialmente entre os alunos das escolas públicas.

Uma avaliação tão otimista quanto parcial desembocava em resultado prático muito simples. O sistema vestibular na UFRJ estaria dando certo e, assim, deveria ser fundamentalmente mantido (pra que mudar?). Assim, no que tange à proposta específica de ação afirmativa, o CEG mostrava-se contrário a qualquer alteração no sistema vigente – mesmo com seus efeitos perversos em termos do perfil dos alunos e alunas desta universidade.

Como desfecho geral deste exercício de silogismo, a exclusão dos alunos da escola pública (e pobres, etc.) da universidade pública era causada por eles mesmos! As consequências deste modelo para o conjunto da sociedade brasileira tinham status de questões secundárias ou irrelevantes. A chamada indústria do cursinho (decerto, deveras danosa) era tratada como o maior dos graves problemas educacionais do país, deixando-se de lado que o conjunto do sistema de ensino (incluindo o desenvolvido nos estabelecimentos particulares) passava por uma grave crise em diferentes planos.

De qualquer modo, a principal preocupação do CEG naqueles idos dizia respeito à preservação do sistema de vestibular da UFRJ. Mas o Sisu/Enem apontava no horizonte, com ou sem ação afirmativa. E a adesão a este mecanismo também implicaria no abandono do sistema interno de seleção para os cursos de graduação na UFRJ.

É fato que a gestão de Aloísio foi caracterizada pelo alinhamento com as diretrizes do MEC para o ensino



MARIANA REIS

superior, especialmente o Reuni e o Sisu/Enem. Este último começava a ser implantado pelo MEC em 2009. Neste mesmo ano, a UFRJ aderira parcialmente ao sistema. Isto se dera através de proposta aprovada por ampla maioria no CEG. Em linhas gerais, a UFRJ utilizaria o Sisu/Enem como primeira etapa eliminatória, fazendo uma convocação de quatro vezes o número de vagas para a segunda etapa, esta seguindo sob a execução da Comissão de Vestibular. Era evidente que, na ótica da reitoria, a proposta era apenas um primeiro passo. Ou seja, Aloísio tinha interesse que a UFRJ aderisse plenamente ao novo modelo. Era visível que tal intenção cedo ou tarde iria contrapor os interesses da Reitoria aos do CEG. E para fins da nossa história, talvez aqui resida o xis da questão.

Inicialmente, recordando-nos da tumultuada seção do Consuni que havia aprovado a adesão da universidade ao Reuni, sabemos que a reitoria havia passado por um forte desgaste com os movimentos sociais internos da UFRJ, especialmente o discente. A seção do dia 18 de outubro de 2007 se dera em meio a sérios desentendimentos e conflitos, em alguns momentos até físicos. Como esperar que a adesão da UFRJ ao Sisu/Enem ocorresse em clima diferente do vigente anteriormente?

O fato é que na reitoria havia todo o interesse para que a adesão ao Sisu/Enem fosse simultânea ao debate da ação afirmativa. Esta última proposta era mais chamativa e polêmica. Ademais, era defendida por amplos setores do aguerrido movimento estudantil, além de contar com visível simpatia por parte dos representantes dos técnicos-administrativos.

Em segundo lugar, o debate sobre a mudança no sistema de vestibular na UFRJ implicaria em uma disputa de poder. Apesar de os documentos emitidos pelo CEG naquele momento reconhecerem a prerrogativa do Consuni em realizar a discussão sobre as ações afirmativas e a adesão ao sistema Sisu/Enem; aqueles igualmente não deixavam de realizar ques-

Reunião do Conselho Universitário em 19 de agosto de 2010 para decidir a aplicação das ações afirmativas: sem alteração nas cotas raciais

tionamentos se a última instância universitária era o local mais adequado para as deliberações. Na condição de conselheiro, ouvi semelhantes questionamentos provindos de outros colegas de Consuni, só que em tom mais enfático ou contrariado.

O fato é que naquele momento, as ações afirmativas foram a porta de entrada para a adesão ao Sisu/Enem. Aqui vemos o gênio político de nosso reitor Aloísio em funcionamento. Ao falar sobre isto estou longe de uma crítica – aberta ou velada – ao meu amigo. Insisto: o mundo da política, e o universitário não foge desta regra, não é feito para ingênuos! No andamento daquelas discussões fui me dando conta que era esta sua verdadeira intenção. De minha parte, atuando em um cenário tão francamente desfavorável às minhas posições no conjunto da universidade, adaptei minha própria estratégia – seja no Consuni, seja junto aos demais colegas da UFRJ que vinham militando comigo pela causa da ação afirmativa – à luz desta realidade.

Havia, na verdade, três questões em jogo. A primeira implicava encontrar meios de contornar as resistências dentro do Consuni, CEG e em toda a UFRJ à mera abertura dos debates. A segunda consistia em ampliar ao máximo as conquistas em termos da ação afirmativa, seja em termos do público beneficiário, seja em termos do percentual de vagas destinadas às cotas. A terceira implicava em tentar angariar o apoio possível, dentro da própria UFRJ e fora dela, para a ação afirmativa, especialmente para afrodescendentes, que vinha sendo a que apresentava maior resistência.

A partir de uma proposta apresentada por mim em seção do dia 27 de maio de 2010, o Consuni deliberou pela Resolução 10/2010, segundo a qual o órgão constituiria uma comissão de organização dos debates sobre a ação afirmativa, tendo o 12 de agosto como data-limite de apresentação de uma proposta de política naquele sentido.

Na sequência convergi com Aloísio e com a Pró-Reitora de Graduação, professora Belkis Valdman (outra colega de saudosa memória), de que o debate sobre a adoção da ação afirmativa e do Sisu/Enem pela UFRJ era político e não acadêmico. Por conseguinte, esta questão teria de ser debatida nos marcos do Consuni e não do CEG. Tal como o reitor, a maioria dos conselheiros se sensibilizou com o argumento das cotas sociais, tendo na escola pública e no corte de renda seus aspectos definidores. Em todas as votações ocorridas sobre o tema de 2010 a 2012, o Consuni aprovou por ampla maioria a adesão da UFRJ à ação afirmativa desde aquele critério. Tal como já esperava a partir da experiência de outras universidades, também na UFRJ, o reitor acabou tendo papel fundamental no encaminhamento e deliberação sobre o tema.

Sabia que dificilmente conseguiria aprovar as cotas raciais. De qualquer modo, me bati como pude pela adoção deste princípio. Nas seções que deliberaram sobre o tema em 2010 e em 2011 tentei inserir esta modalidade no interior das cotas sociais. Em 2012, já em clima de maior desmobilização, não me senti encorajado a re-presentar a proposta. Tal como já era minha expectativa, foram fortes as resistências entre os conselheiros do Consuni ao reconhecimento da presença da discriminação racial na sociedade brasileira, comprometendo seriamente o desempenho educacional e comprimindo as expectativas de futuro de milhões de jovens afrodescendentes de ambos os sexos pelo país afora. Ou, lido por outro ângulo, malgrado todos os meus esforços, simplesmente não consegui convencer a maioria dos meus colegas conselheiros da validade desta leitura.

No escrutínio sobre as cotas raciais, em 2010, entre os docentes, apenas eu e um representante dos professores titulares do Centro de Letras e Artes demos votos favoráveis. Na seção de 2011, para minha surpresa, apesar de insuficiente, conseguimos um número maior de adesões entre os conselheiros representantes dos professores. Mas neste caso a minha memória não vai me ajudar a enumerar quantos ou quem foram os que se alinharam com minha posição. No que tange aos estudantes e técnicos-administrativos não tenho certeza se houve unanimidade a favor da cota para negros. Mas posso lembrar, sim, que tal posição foi no mínimo amplamente majoritária entre os então representantes daquelas categorias no Consuni.

Quanto à nossa associação docente (ADUFRJ), dos seis integrantes que compunham a sua direção, apenas um, o seu presidente na época, assinou o manifesto Carta aberta sobre cotas na UFRJ; a favor da ação afirmativa. No jornal da ADUFRJ ano X, 1o 660, a associação indicava “que não tomou clara posição a favor das cotas”. De qualquer modo, este pequeno texto fazia parte de uma resposta da editoria do jornal a uma colega, professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que reclamava que nas “últimas edições, só vemos menções aos professores que defendem as cotas, como se elas fossem uma solução para o país” (p. 2). Ao menos em termos de sua principal publicação, a ADUFRJ vinha dando ampla cobertura aos debates sobre a ação afirmativa na UFRJ, inclusive tendo aberto diversas vezes espaço para o autor destas linhas expor suas posições em suas páginas.

Uma luta memorável

Foram fundamentalmente três as resoluções relacionadas à adoção das ações afirmativas na UFRJ entre 2010 e 2012. A no 16, de 19 de agosto de 2010; a 14, de 30 de junho de 2011; e a 08, de 26 de abril de 2012. A Resolução de 2010, embora muito importante por ter sido a primeira, era tímida em seu escopo: o processo de ingresso para os cursos discentes na UFRJ seria dividido entre 40%, via sistema vestibular já existente, e 60% através do Sisu/Enem. No caso da ação afirmativa, apenas 20% das vagas oferecidas em cada curso seriam preenchidas por candidatos selecionados pelo Enem-SISU. Estes precisariam ter cursado integralmente o ensino médio em estabelecimentos da rede pública vinculados às Secretarias estadual e municipais de Educação e da Fundação de Apoio à Escola Técnica, do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC-RJ).

Angela Rocha, então pró-reitora de Graduação, apresenta o novo perfil dos alunos da UFRJ, num seminário em 29 de maio de 2013: primeiro cenário após a adesão ao Sisu/Enem



MARCO FERNANDES

A Resolução de 2011 ampliou para 30% as vagas destinadas à ação afirmativa, concluindo o processo de adesão integral da UFRJ ao sistema Sisu/Enem. Finalmente a Resolução de 2012 mantinha o mesmo percentual de vagas do ano anterior. Todavia, se tornaria sem efeito logo em seguida, quando foi aprovado pelo Congresso Nacional a Lei 12.711/2012, determinando que metade das vagas de ingresso nos cursos de graduação das universidades federais deveria ser destinada aos alunos das escolas públicas, obedecendo subcritérios de renda e racial.

Apesar de tardias, as sucessivas Resoluções da UFRJ sobre a adoção da ação afirmativa não foram em vão. Segundo o “Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2009-2010”, baseado em dados do Censo da Educação Superior do MEC, de 2008, do então total de 55 universidades federais existentes, somente 17 (menos de um terço, portanto) tinham adotado algum sistema de ação afirmativa, independentemente do público beneficiário. Em termos do percentual do número de vagas, estas não chegavam a 10% do total. Ou seja, apesar de a UFRJ ter aderido tardiamente à ação afirmativa (grosso modo, sete anos após as iniciativas pioneiras), o fez quando ainda havia um amplo espaço a ser percorrido pelo conjunto das universidades no mesmo sentido. E, assim, não considero que as decisões tomadas tenham sido menores, em vão ou desprovidas de sentido.

Inicialmente cabe lembrar: a UFRJ é a principal instituição federal de ensino superior de todo o país. Como tal, qualquer decisão tomada pela nossa universidade terá uma reverberação nacional. É inevitável. Quando o então ministro Paulo Renato tentou impor um interventor em 2008, ficou inequívoco que sua intenção era a de sinalizar um novo tempo – neoliberal – para as universidades brasileiras. Greves nacionais de docentes costumam ter como indicativo de sua força o que se passa na UFRJ. Mas não seria apenas esta a razão pela qual o nosso debate era tão importante. Havia uma dimensão simbólica – e, assim, política – de imensa magnitude em jogo.

Não se pode deixar de reconhecer a qualidade acadêmica dos colegas de UFRJ que assinaram o documento contra as ações afirmativas, especialmente no terreno das ciências sociais. Daquele grupo, havia quatro professores titulares e um emérito da UFRJ. Suas posições foram ouvidas em todo o Brasil, especialmente através de livros, exposição midiática e conferências. Em alguma medida o núcleo central do argumento contrário à ação afirmativa (especialmente para afrodescendentes) foi forjada no interior de nossa universidade. Isto era um fato público e reconhecido por qualquer pessoa que estivesse participando daquelas discussões naquele momento.

A mudança de posição da UFRJ em relação à ação afirmativa contribuiu para o avanço da proposta país afora. Talvez não seja mera presunção a hipótese de que o ocorrido em nossa universidade tenha sido decisivo para destravar a lei sobre o tema, que estava parada no Congresso Nacional havia anos. Há, sim, razões bem fundamentadas para concluir que a luta empreendida por setores da comunidade acadêmica da UFRJ em prol da ação afirmativa foi muito bem sucedida, especialmente se levarmos em consideração o andamento dos debates por todo o país naquele momento.

Das lições daquele episódio, igualmente cabe destacar o talento político de nosso reitor Aloísio. Mesmo tendo divergido de suas posições, não há como deixar de reconhecer o papel de líder e estrategista da UFRJ em vários planos. Concordando-se ou não com suas posições, ele afinal conseguiu alcançar com maestria seu objetivo que era levar a UFRJ para o Sisu/Enem. Aproveitando o



SAMUEL TOSTA

debate da ação afirmativa como carro-chefe, driblando com ele resistências que certamente viriam por todos os lados. Neste sentido, chancelando uma causa que lhe parecia de menor importância, a reitoria soube alcançar o que era o objetivo maior. De qualquer modo, seria muito injusto não reconhecer a importância de Aloísio na condução do processo.

Sejamos francos: sem a liderança de nosso ex-reitor o debate sobre a ação afirmativa na UFRJ teria ficado simplesmente travado. Dado o desenho institucional das universidades brasileiras, um único conselheiro do Consuni não tem como impor sua agenda a esta instância deliberativa da universidade. São os reitores os que possuem os instrumentos para a abertura e conclusão dos diferentes debates. Portanto, por maiores que tenham sido meus esforços pessoais, ou por mais tenazes que tenham sido os embates de setores da comunidade acadêmica para levar adiante a causa da ação afirmativa, ela só pôde ser viabilizada porque também o nosso então reitor se empenhou em manter a palavra que havia me dado naquele distante verão de 2010.

O que o Consuni da UFRJ aprovou ficou muito aquém do que eu consideraria necessário. Mas, por outro lado, podemos nos sentir vencedores (todos que atuamos por aquela causa), posto termos superado uma montanha de incompreensões contra nossos argumentos que impediam a mera abertura das discussões. De parte da reitoria, seus antigos argumentos contra a ação afirmativa foram dobrados e uma nova compreensão do problema emergiu. A Lei 12.711 veio depois, somente. Em suma: nossa corajosa decisão, no mínimo, contribuiu para a legitimidade do novo dispositivo legal aprovado pelo Congresso Nacional em 2012.

Em um esforço de otimismo, tenho razoáveis motivos para acreditar que após 2010 nada será como antes em nossa universidade. Seu antigo desenho elitista, branco, formatado para atender os exclusivos anseios de preservação de condições sociais das classes médias e altas pode ter sido posto em xeque. Talvez tenha se aberto a possibilidade de um novo tempo, marcado não apenas pela valorização da diversidade étnico-racial do corpo discente (e, quem sabe, futuramente, docente), mas pela emergência de uma nova agenda de ensino, pesquisa e extensão caracterizada pela busca incessante de um novo tipo de conhecimento, desta vez voltada aos interesses da maioria do povo brasileiro. E daí, quem sabe, por mecanismos diretos e indiretos, tenhamos condições mais positivas de empurrarmos as pesadas portas que seguem nos afastando a cada instante das transformações sociais mais abrangentes e profundas que precisaremos experimentar em toda vida nacional.

À memória do memorável Reitor, Prof. Aloísio Teixeira



DOUGLAS PEREIRA

Showmício na Cinelândia comemora o Dia da Consciência Negra em 2008: momento tenso, com ameaça de um interventor do Ministério da Educação na universidade

Reunião do Conselho Universitário em 12 de agosto de 2010, que decidiu a adesão da UFRJ ao Sisu

Eleição para o DCE em maio de 2009: à direita, correligionária da chapa 5 usa camiseta contra as cotas

DOUGLAS PEREIRA



Apesar de 20 anos de iniciativas afirmativas que buscam reduzir as disparidades vivenciadas pelos negros na sociedade brasileira, até a Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que as atuais políticas públicas têm sido ineficientes em mudar a realidade de discriminação e da pobreza que afeta essa parcela majoritária da população

Numa análise acurada da situação dos afrobrasileiros, apresentada em março de 2016 no Conselho de Direitos Humanos, a ONU aponta que houve ineficiência ao lidar com a discriminação racial, a exclusão e a pobreza, enraizadas no país e enfrentadas pelos segmentos negros. A organização também denuncia a crescente “criminalização” desses segmentos no Brasil.

Se nos concentrarmos na área da educação, no que diz respeito ao orçamento, e aplicarmos um olhar comparativo com outras áreas do interesse público, veremos que a atuação dos governos FHC-PSDB e Lula-Dilma-PT se assemelham. Ambos atuaram de maneira sistêmica e complementar, em relação às políticas de contenção da mobilidade social real da população negra.

Vejam. É importante observar desvios de fundos das políticas públicas. Por exemplo, conforme Evilásio Salvador, só de 2000 a 2007 foi retirado da educação R\$ 45,8 bilhões para o orçamento fiscal. O valor arrecadado dos impostos federais para a Educação, de acordo com a Constituição, deve ser de 18% do total arrecadado. No entanto, o montante é calculado depois que a DRU (Desvinculação de Receitas da União) “desvia” os recursos.

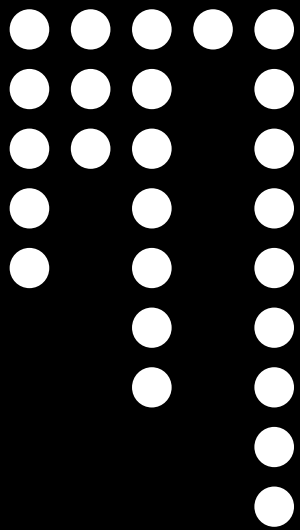
Salvador aponta, ainda, que entre 1994 e 2006 foram desviados, só da política de educação, em reais, cerca de R\$ 72 bilhões. Dessa maneira, percebe-se que as medidas de contrarreforma que compuseram o governo de FHC, seguidas e consolidadas por Lula, compõem um imenso aparato de reestruturação e refuncionalização do Estado. A diferença entre os governos de FHC e Lula/Dilma reside na legitimação desse Estado refuncionalizado.

Assim, promovendo o desmonte generalizado de instituições públicas, a privatização de algumas estatais e altíssimos índices de desemprego, a retomada da política social como ação do Estado foi uma estratégia pela conquista de consenso para a nova ideologia da “era neoliberal”. Vê-se que a estratégia foi usar a possibilidade de crescimento econômico e fazer crer que era compatível com o desenvolvimento social. Estratégia de construção de hegemônias.

É nesse cenário de otimismo forjado, e confusão entre acesso ao consumo como consolidação de direitos, que as ações afirmativas foram vendidas como uma das principais medidas do atual governo, de maneira panfletaria e irresponsável. A modalidade das cotas raciais – luta histórica dos Movimentos Sociais Negros – tem sido veiculada, quase que como uma reparação ao Povo Negro em território brasileiro. Ledo engano.

Assim, vimos a UFRJ, maior universidade federal do Brasil, protagonizar a luta contra as cotas raciais. Parte do seu corpo docente alimentou e fomentou o debate público e institucional desfavorável em relação a essa política. Mas após a aprovação das cotas raciais e sociais pelo Supremo Tribunal Federal em 2012, uma pequena fresta para esse portal excludente foi aberta.

No entanto, a entrada nesse pretense “templo do conhecimento”, que nos foi apresentado como “grife”, repleto de símbolos e siglas com requintes de critérios e seletividades elitistas, se apresenta de modo cada vez mais incerto. E vivemos o perverso processo do sucateamento das universidades. Depois de muito tempo sem integrá-las, seríamos os primeiros a sentir essa desvalorização? Estamos diante dos primeiros passos para a privatização?



DOSSIÊ AFIRMATIVO >< ARTIGO

Antes represados; hoje, intransponíveis!

por *Caroline Amanda, Ilka Dias e Denilson Souza*
>< COLETIVO NEGRO CAROLINA DE JESUS

Tomemos como exemplo o alojamento da UFRJ. Trata-se de um território marcado por intenso sucateamento e abandono, há mais de 40 anos. O espaço conforma dois prédios construídos na década de 1960, inaugurados em 1972, para abrigar estudantes do ensino superior socioeconomicamente desprivilegiados. Juntos, os dois edifícios têm 504 quartos – um deles desativado desde junho de 2012. Situação que se contrapõe às demandas da UFRJ.

E o que tem visibilidade na única residência ativa, ao longo dos seus 42 anos de existência, é uma sucessão de episódios sugestivos de violações. A precarização e o sucateamento desse bloco alcançaram níveis insustentáveis. Há colegas que sobrevivem sob altíssimos graus de insalubridade, vítimas do descaso e da falta de responsabilidade com a coisa pública.

Estamos diante de um acirrado processo de precarização das instituições de ensino superior, rumo à privatização delas? Em que as lógicas do trato com o público se juntariam às lógicas e mentalidades privatistas? A começar pela precarização das nossas condições, sem acesso a assistência? Se sim, certamente, veríamos o contínuo afunilamento do acesso às universidades e instituições superiores de educação pública; excluindo cada vez mais os segmentos majoritários da população brasileira: negras e negros.

Na esfera do ensino superior privado, nós, estudantes-trabalhadores negros e negras, que ocupamos a maioria das vagas, já sentimos as implicações contraditórias da educação, quando contaminada por lógicas comerciais. Então, na conjuntura recente, de ações afirmativas e do gradativo ingresso dos afrobrasileiros nas instituições federais de ensino superior, nesses “celeiros da excelência”, testemunharemos “ondas” de privatizações?

Do Senado Federal, já é possível ouvir os “ruídos” das propostas absurdas, que obedecem ao cabresto privatista. Como a taxação da anuidade, a ser cobrada aos universitários cuja renda os inclui entre os ricos. Uma naturalização esdrúxula de procedimentos e lógicas estranhas à coisa pública.

O Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) confirmam que houve a entrada de 23% de estudantes a mais que o esperado no período entre 2003 a 2012. Em entrevista sobre as metas do Reuni, o presidente da Andifes alegou que “o resultado é satisfatório e que não houve problemas para absorver tal contingente”. Não podemos dizer o mesmo.

Mas devemos refletir e perguntar. Nossa presença suscita os efeitos das decisões premeditadas de contenção? Podemos concluir que nas universidades federais se manifesta o reflexo de um desmonte arquitetado e orientado por instituições financeiras, públicas e privadas contra aqueles que foram represados e agora inundam as universidades de cor e questionamentos profundos?

Nós somos a ponte viva e ativa entre as produções da academia e a sociedade. Somos a via intransponível para o salto e a superação das desigualdades produzidas pelo racismo. Em nós há expectativa secular e esperança de fôlego, não podemos falhar. Não estamos confusos, sabemos de onde viemos, reconhecemos os passos longínquos dos nossos mais velhos e temos convicção de onde queremos estar.

NÃO FALHAREMOS!

Desafio de vencer o transmissor da dengue e da zika e da chikungunya cria estratégia multidisciplinar na UFRJ

por Elisa Monteiro e Antonio Sole Cava

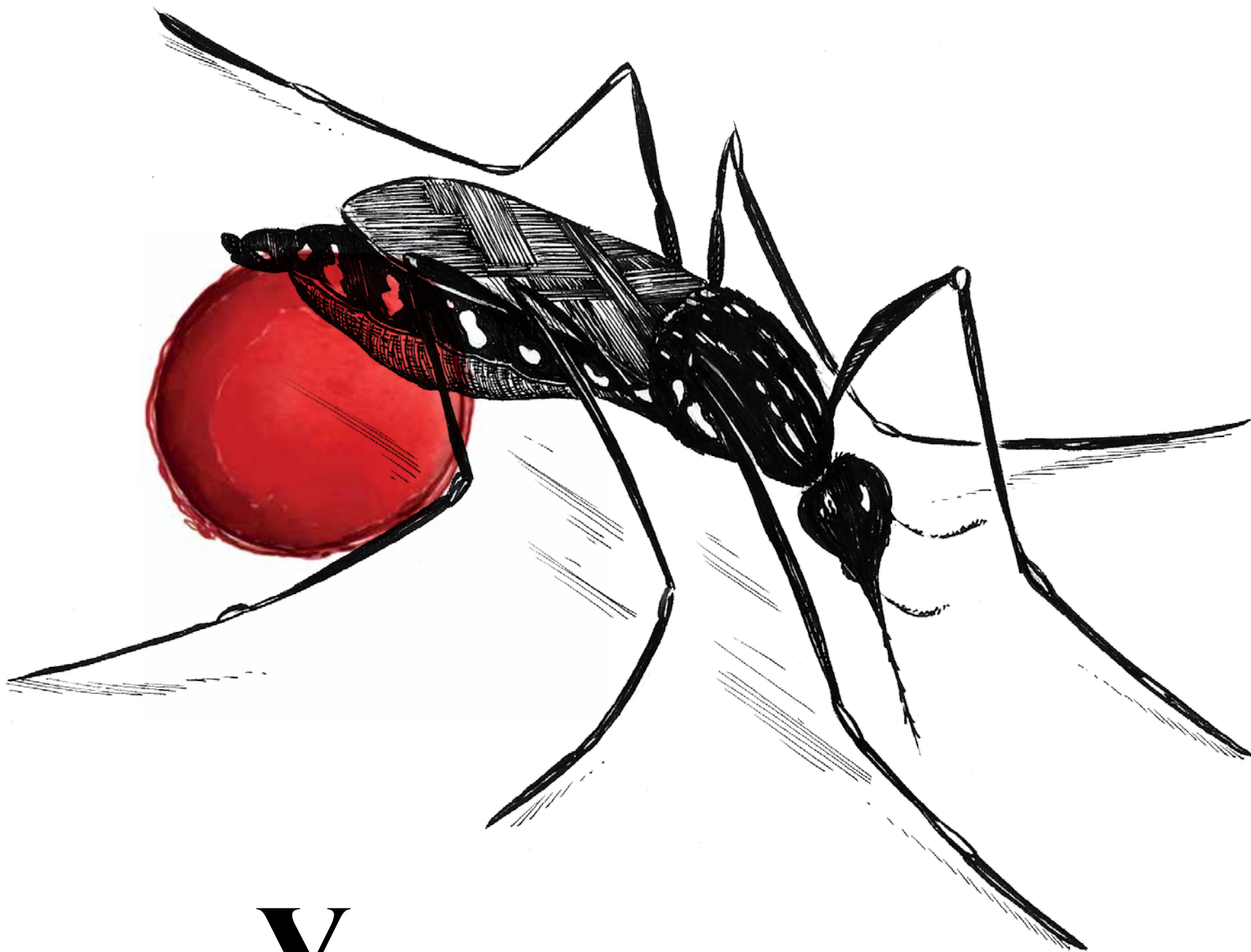
× JORNALISTA • PROFESSOR ASSOCIADO DO INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UFRJ

O quebra-cabeça

Aee



ALOS



Vêm de longa data as preocupações da comunidade científica da UFRJ em relação aos males transmitidos pelo *Aedes Aegypti*. Nenhuma outra instituição de ensino superior brasileira concentra tantos laboratórios e pesquisadores dedicados ao mosquito, que, além da dengue, é vetor também de febre amarela, zika e chikungunya. A universidade já contava com ampla expertise sobre o vetor, em função dos ciclos epidêmicos de dengue (tipos 1, 2, 3, 4) que assolaram o Rio de Janeiro, provocando grande número de mortes nas últimas décadas.

A maior parte das unidades acadêmicas dedicadas ao assunto, claro, está concentrada no Centro de Ciências da Saúde, mas não todas. Além de múltiplos aspectos biológicos, há outros componentes envolvidos em um surto epidemiológico. Um quebra-cabeça, do diagnóstico molecular ao déficit de saneamento básico, que a universidade contribui para resolver.

A participação da UFRJ na campanha nacional contra o zika respondeu quase imediatamente à comoção social gerada pela identificação do aumento nos registros de nascimento de bebês microcefálicos, em especial no Nordeste. Embora a causalidade entre a microcefalia e o ví-

rus zika ainda não tenha comprovação científica, o cruzamento dos dados sobre gestantes infectadas pelo vírus com recém-nascidos que passaram a apresentar graves distúrbios no sistema nervoso central, e experimentos com cultura de células nervosas feitos na UFRJ apontam fortemente nesta direção.

De importância mais simbólica do que material, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) abriu edital específico para pesquisas direcionadas à zika e microcefalia no fim de 2015. A iniciativa serviu como mais um “gatilho” para a formação de redes laboratoriais por grandes temas: diagnóstico, terapêuticos, vacinas etc.

Na UFRJ, a administração central tomou para si a responsabilidade de institucionalizar este engajamento, formando a Rede Paulo de Góes, em homenagem ao pesquisador (1913-1982) que idealizou o Instituto de Microbiologia. Uma plataforma para mapeamento e articulação da produção científica relacionada ao zika foi lançada em 1º de março. Uma pequena seleção dos trabalhos desenvolvidos na UFRJ, a seguir, dá mostra do potencial da parceria entre a universidade e o Sistema Único de Saúde.

Foco no vetor

Mesmo com outras formas de transmissão do zika sendo aventadas, o controle do mosquito é considerado como a abordagem mais eficaz para enfrentar a doença. Mas não é uma tarefa fácil. “É que os mosquitos hoje estão muito resistentes a inseticida. Em nosso laboratório, matamos os mosquitos congelando ou queimando, quer dizer, usando métodos radicais”, explica Mônica Moreira, do Laboratório de Bioquímica e Biologia Molecular de Vetores (LABBMOVE). “Antigamente, o mosquito apresentava características muito tradicionais: picava ao amanhecer e ao anoitecer, reproduzia-se em água limpa e as larvas morriam com água sanitária. Hoje, picam a qualquer hora, não precisam de água limpa e não morrem com água sanitária”.

Novas estratégias para controle do vetor são o alvo do laboratório contemplado pelo edital da Faperj. Os pesquisadores buscam um inseticida que dê conta da equação mais difícil: bom resultado contra mosquito, ovos e larvas e menos (ou nenhum) impacto para a saúde humana, animais domésticos ou a outras espécies da natureza. “O problema desse tipo de química (dos inseticidas no mercado) é ser nocivo aos insetos e também aos humanos”, observa Mônica. O bioinseticida, ainda em fase de testes, patenteado pela pesquisadora, ataca a quitina, um polímero de açúcar presente apenas no intestino, cutícula e ovos do aedes. Como resultado, muitas larvas morrem e os insetos que ainda sobreviverem estarão muito fragilizados.

Em linha similar trabalha Pedro Lagerblad, do Laboratório de Bioquímica de Artrópodes. Ele examina “insetos que chupam sangue, como o mosquito, o barbeiro e o carrapato e como eles lidam com esta dieta”. O pesquisador já estudava a reação do mosquito ao vírus da dengue; agora, busca introduzir o zika e o chikungunya neste processo. O objetivo é explorar aspectos específicos da biologia dos insetos para, ao fim, obter novos inseticidas ou mecanismos de controle biológico que atinjam apenas esses organismos.

Outra preocupação do pesquisador está em mais bem entender como o vírus se espalha, ou seja, os fatores para maior ou menor suscetibilidade deste ou daquele mosquito para contrair dengue, zika ou chikungunya a depender da localidade no país. “Estudando a imunologia do mosquito, a interação do vírus, posso entender isso. E talvez ligar o sinal de alerta sobre o mosquito com facilidade para pegar dengue, mas não zika, por exemplo, em tal lugar”, planeja. “Isso permite desenvolver uma ferramenta de valor preditivo

(que tenha capacidade de gerar previsões testáveis)”, justifica.

Lagerblad está no time dos que apostam no controle doméstico dos focos. Como argumento, ele cita o resultado de uma campanha contra a dengue realizada pelo Ministério da Saúde. “Os resultados foram bastante positivos. O problema foi a não continuidade”, avaliou em evento sobre zika realizado pela Coppe, no fim de fevereiro.

Epidemiologistas, por sua vez, problematizam o enfoque de “cada um faz a sua parte em casa”, ampliando o espectro para as fragilidades sanitárias das cidades. “Por mais que se invista no vetor, se não houver política pública para urbanizar de forma adequada, vamos enxugar gelo. Oferecer água em quantidade e regularidade necessária para evitar que as pessoas a armazenem em casa e realizar a coleta de lixo para que não fique essa quantidade enorme dispersa no ambiente é o melhor programa de combate ao aedes”, analisa o professor Roberto Medronho, cuja linha de pesquisa é a epidemiologia de doenças infecciosas e parasitárias, com ênfase no estudo da dengue. Ele, diretor da Faculdade de Medicina, destaca que os ambientes das grandes cidades brasileiras apresentaram uma urbanização “veloz e desordenada em que serviços de abastecimento de água de coleta de lixo de ordenamento urbano foram totalmente secundarizados”.

Também contemplado pelo edital lançado pela Faperj no fim de 2015, o pesquisador avaliará os cofatores que, associados ao zika, influenciaram o nascimento de um número acima da média de bebês microcefálicos. “Acreditamos a priori que há um conjunto de fatores, precipitados pela infecção do feto pelo vírus zika, que faz algumas mães terem filhos com microcefalia ou deformações graves do sistema nervoso central e outras mulheres tenham tido crianças aparentemente normais”.

O tempo de contágio é um elemento citado: “Quanto mais precoce for a infecção na gestante, maior a carga viral sobre o feto e mais graves serão as deformações de seu sistema nervoso”. Nesse caso, acredita, a subnotificação é pior que aquela relacionada à dengue. “No caso da dengue, a projeção é que 80% dos casos não cheguem a ser computados pelo sistema. Para zika, podemos garantir com segurança que a ponta desse iceberg é bem menor”.

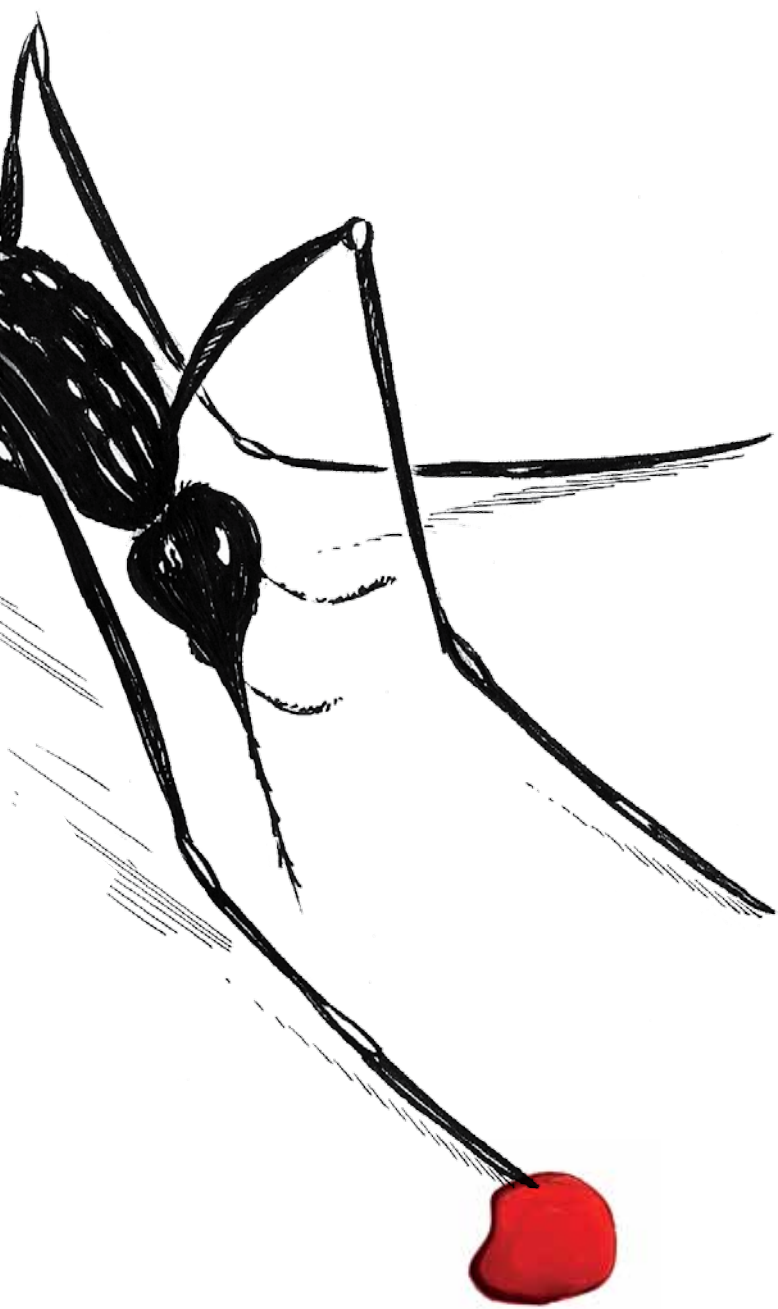
A experiência de Medronho com flavivírus (gênero do qual a dengue e a febre amarela são os representantes mais conhecidos) o deixa à vontade para dizer que zika e seus coirmãos são conhecidos como doenças “negligenciadas”, em função do baixo investimento em pesquisas para prevenção e tratamento: “Eram con-

O fator SUS

A relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) no caso zika é ponto pacífico entre os cientistas da UFRJ. “O Brasil descobriu a relação entre a zika e a microcefalia pelo fato de ter um sistema único de saúde universal e uma comunidade científica e clínica de alto nível. Essas duas coisas juntas permitiram que o país mostrasse ao mundo que, infelizmente, o zika não é aquele vírus inofensivo que as pessoas achavam”, avalia Leda Castilho.

Roberto Medronho reforça: “Nosso sistema de vigilância epidemiológica é um dos mais bem estruturados que existem e com uma capilaridade impressionante”. “Depois que o Brasil detectou o problema, a Polinésia Francesa foi rever seus casos e verificou o aumento da microcefalia na epidemia de zika de 2014, algo que tinha passado despercebido”.





Fitoterápico de origem popular

O Laboratório de Interação Vírus-Célula desenvolve junto à Subsecretaria de Vigilância em Saúde do estado do Rio de Janeiro um trabalho de detecção de vírus entre os mosquitos por regiões. “Encontradas as regiões com insetos infectados, o estado envia equipes para combater os vetores. Tentamos fazer uma vigilância, de fato. Isto é, nos antecipar, antes que o vírus chegue ao ser humano”, esclarece o professor Davis Ferreira, do Instituto de Microbiologia.

Em outra linha de pesquisa, o laboratório aposta em antivirais naturais ou sintéticos. Atualmente, seus pesquisadores investem em um fitoterápico que já vinha sendo usado na medicina popular com bons resultados com os vírus. O tratamento tramita em comitê de ética para experimento de toxicidade junto a animais, para poder posteriormente receber o “ok” da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para poder ser testado em humanos. A UFF é parceira no projeto. “Acreditamos que não vai haver problemas”, aposta. “A nossa ideia é trazer esperança para as pessoas, principalmente para grávidas que tenham zika. Pois hoje, além do diagnóstico, não se tem nada a oferecer a não ser acompanhar o bebê e esperar pelo melhor”. Ambos os projetos também foram contemplado pelo edital da Faperj.

Segundo o pesquisador, o antiviral inibe a replicação do vírus zika e fortalece o sistema imune do paciente. A redução da carga viral na pessoa diminuiria a chance de formas mais graves da doença. No caso das grávidas infectadas, reduziria a chance de o vírus atravessar a placenta, chegando ao feto, evitando a microcefalia e outras lesões.

Ferreira avalia uma vacina para zika em comparação com a dengue: “A vacina para dengue tem que proteger contra quatro sorotipos, quatro tipos de dengue circulantes. Até onde se sabe, a zika e a chikungunya têm um”. Em tese, esclarece o cientista, isso implicaria só ser possível ter as doenças uma vez, com a imunização natural do corpo. “Mas o zika tem causado muitas surpresas”, faz a ressalva. Outro elemento que joga a favor dos pesquisadores é que, diferentemente da dengue, no caso de chikungunya e de zika, é mais fácil o cultivo do vírus em laboratório.

Leda Castilho, do Laboratório de Engenharia de Cultivos Celulares (LECC) da Coppe, trilha outros caminhos em busca de respostas semelhantes. A pesquisadora produz proteínas artificiais que imitam a estrutura viral. Sem a presença do conteúdo genético viral, elas “enganam”

o organismo para produzir anticorpos sem chegar a adoecer. O know-how já é aplicado para o vírus da febre amarela.

Ela explica que, inicialmente, três linhagens de células foram escolhidas para a manipulação genética. Uma vez purificadas, as proteínas são preparadas por técnicas de DNA recombinante e possuem uma série de aplicações importantes — uma delas é terapêutica. Em médio prazo, algo em torno de dois ou três anos, um soro deve ser produzido por meio de parceria com o Instituto Vital Brazil.

“Nosso foco está na expressão de proteínas estruturais do vírus da zika presentes no seu capsídeo. É aquilo que é visto pelo organismo quando o vírus ingressa”, explica. “Essas estruturas tridimensionais de proteínas agregadas, que a gente chama de partículas pseudovirais, imitam o vírus sem conter seu material genético. Assim como é feita a vacina HPV, usada hoje no programa nacional de imunizações, a ideia é que, no futuro, possamos usar essas proteínas recombinantes para produzir partículas pseudovirais e ter uma vacina muito segura”.

A perspectiva, contudo, é de longo prazo: “Se considerarmos que a vacina contra dengue da (empresa francesa Sanofi) Pasteur — aprovada recentemente pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) — levou talvez vinte anos. Imaginamos não menos que dez anos no caso do zika”.

O é ou não é do diagnóstico

A técnica do LECC pode contribuir ainda com o avanço do diagnóstico. De acordo com a cientista, as proteínas recombinantes podem ser usadas na imunização de camundongos com o objetivo de desenvolver anticorpos monoclonais (que são derivados de uma única célula ou pertencentes a um único clone celular) a serem utilizados para compor kits diagnósticos: “Hoje, a única ferramenta que comprova mesmo se a infecção é por zika é um exame que a gente chama de PCR (reação em cadeia da polimerase) em tempo real ou PCR quantitativo, que tem de ser feito no momento em que a pessoa está com os sintomas. Isso dificulta bastante. É também um exame sofisticado que nem todos os laboratórios fazem; e caro”.

O assunto é o principal alvo do Laboratório de Genômica Estrutural (LABGENEST). Um de seus pesquisadores, Ronaldo Mohana explica que a forte suspeita de relação entre bebês microcefálicos e mães infectadas por zika tornou premente o desenvolvimento de um diagnóstico preciso. “É fundamental para o manejo clínico dos pacientes e necessário tanto

sideradas de baixo apelo mercadológico para a indústria de medicamentos porque atingiam regiões tropicais. Na medida em que chegam a países centrais, tornam-se problemas de interesse internacional”, argumenta. “A produção de uma vacina para a dengue é estudada no Brasil desde a década de 1980. Só agora, com a formação do Brics, é que estamos nos aproximando de uma solução”, completa.

Além da expansão do turismo internacional (estimulado também pelos grandes eventos esportivos), o aquecimento global pesa para um grande incremento de circulação de vírus anteriormente restritos a zonas tropicais. Medronho destaca que a primeira descrição do vírus zika data de 1947. “Se houvesse à época uma preocupação internacional com o problema, registrado na África, certamente teríamos uma vacina hoje”.



UFRJ abraça campanha nacional

No dia 1º de março, a UFRJ lançou oficialmente a rede Paulo de Góes, uma plataforma para articular os trabalhos da universidade relacionados ao vírus zika e à microcefalia. “Quando ficou evidente a enorme proporção do problema do zika, fizemos uma avaliação de que a universidade não deveria deixar de se engajar em um movimento de investigações e pesquisas sobre o tema enquanto instituição. Os grupos de pesquisa, isoladamente, têm feito trabalho extraordinário, mas não é possível com esses trabalhos específicos ter uma visão da totalidade do problema”, justificou o reitor Roberto Leher.

Ele avalia que a universidade é a instituição que dispõe de melhores condições para responder aos múltiplos aspectos implicados na questão de saúde pública: “Estamos propondo ao Ministério da Educação (MEC) que não se restrinja a uma ação de propaganda para matar/erradicar o mosquito. Mas que invista em uma ação de pesquisa e extensão das universidades, informa. “Avaliamos que a forma como a questão está sendo encaminhada, com uma certa racionalidade militar de combate ao mosquito, não vai resolver o problema. Não é verdade que o perigo está só nos vasos e casas, está nos esgotos também. O aedes há muito não está apenas na água limpa. A

questão do saneamento é fundamental. É papel da universidade problematizar para que as ações sirvam realmente para resolver as questões e não acabem ocultando as raízes dos problemas”.

A ideia da administração central é que o núcleo zika da UFRJ tenha protagonismo dentro de uma rede nacional de colaboração entre os ministérios: da Educação; Ciência e Tecnologia; e de Saúde. A plataforma da universidade, segundo o reitor, possui caráter interdisciplinar. “Temos uma pesquisadora do Instituto de Matemática debatendo modelagem matemática para a epidemia”, exemplifica. “A cada reunião que fazemos, fica mais evidente a necessidade do envolvimento de outros campos como a Educação, Comunicação, Serviço Social, Psicologia, além de todos os laboratórios de ciências básicas e aplicadas diretamente relacionados, para termos uma resposta mais sistemática”.

Para Leher, as consequências sociais não devem ser deixadas de lado. “Estamos falando de implicações escolares para essas crianças e de mães que certamente não terão as mesmas condições de inserção no mundo do trabalho em função das tarefas maternas”.

O reitor elogia o engajamento “exemplar da comunidade universitária”. E a UFRJ gozaria de uma posição privilegiada pelo potencial de articulação entre os laboratórios de ciências básicas e aplicadas com pesquisas em arbovírus e os hospitais universitários. “É particularmente emocionante ver a articulação entre as ciências básicas e as unidades de saúde. Ela materializa uma concepção de universidade pública, uma instituição que ajuda o povo a resolver seus problemas”.



para orientar o paciente sobre o tratamento quanto para possíveis sequelas no caso de zika e microcefalia”, argumenta.

O problema está no resultado cruzado entre os flavivírus. “Além da questão clínica de terem os mesmos sintomas, dengue e zika são vírus da mesma família; são primos”. Há treze anos, o laboratório se dedica à observação de como o vírus da dengue afeta o maquinário da célula, infectando, se replicando e contaminando outras células. Ao longo do tempo, desenvolveu métodos moleculares para diagnóstico dos quatro sorotipos de dengue. Mohana relata que o kit comercial até então praticado já demonstrava “baixa sensibilidade para a dengue do tipo quatro”.

“O primeiro diagnóstico que se teve para zika foi o molecular do genoma do vírus, utilizando reação de PCR. Trata-se de um método demorado e que indica se houve algum contato com vírus. Mas não significa que se tenha o vírus ativo”, relata. O mais recente kit comercial, de 20 minutos, está baseado “na identificação de uma proteína própria do organismo (inexistente no organismo humano) que circula no soro do paciente nos primeiros dias de infecção”. Em outras, só funciona para aqueles imediatamente examinados. O problema para detectá-lo é agravado pelo fato de 80% dos doentes não apresentarem sintomas.

Com reforço do edital da Faperj, o laboratório pretende desenvolver ferromentas moleculares para identificar anticorpos monoclonais que consigam diferenciar os quatro tipos de sorotipos da dengue e do zika. Posteriormente, o laboratório buscará parceiros com vistas a um kit diagnóstico eficiente. “Já temos expressa a proteína NS1 para os quatro tipos de dengue e agora vamos expressar para o zika”.

Para o pesquisador, as redes voltadas para o zika demonstraram a importância da articulação entre as ciências básicas e aplicadas e também da parceria entre a universidade e a indústria. “Sem investimento na ciência básica, não haverá aplicada que dê conta das questões relevantes”. Em sua visão, a emergência da microcefalia “mostrou à sociedade brasileira a importância de se produzir pesquisa de forma rápida”.

Para isso, ele destacou dois obstáculos: a burocracia para certificação dos laboratórios e para compra de insumos. “Projetos com animais ou pacientes necessitam certificações especiais. Estamos pedindo para que acelerem essas aprovações. E a importação de materiais com isenção se

dá por via de Fundações ou pela própria universidade, em processos muito lentos. Se o laboratório compra diretamente no mercado, além de muito mais caro, ainda sim pode demorar meses. Isso só pode ser mudado por lei e é urgente”.

Mapeando o vírus

Nas mãos dos virologistas Amilcar Tanuri e Rodrigo Brindeiro, do Instituto de Biologia, estão as linhas de investigação da UFRJ mais diretamente relacionadas ao quebra-cabeça zika e microcefalia. No Laboratório de Virologia Molecular, o foco está na relação entre a presença do vírus em grávidas com alterações da morfogênese do cérebro dos fetos que culminam em uma gama de lesões ao sistema neurológico das crianças.

Por meio da observação de sinais e imagens cerebrais, os pesquisadores descrevem ainda como as lesões provocadas pelo vírus evoluem ao longo do tempo da gestação e qual o impacto na criança após nascimento. “Desde o intrauterino ao nascimento”, sintetiza Tanuri.

Em entrevista realizada pela UFRJ em 15 de fevereiro, os pesquisadores procuraram dar destaque à expressão “síndrome congênita da zika”, chamando atenção para outros graves problemas verificados no Nordeste desde 2014. Tanuri cita, por exemplo, a calcificação cerebral, alterações no cerebelo e no corpo caloso.

Na reunião, Brindeiro desconstruiu o alarmismo entre zika e microcefalia. “Se você me perguntar se 100% das gestantes que têm zika vão transmitir a doença ao feto, eu diria que deve ser uma porcentagem baixa, como toda doença transmitida congenitamente”, apontou, completando o argumento com o dado de que, na Paraíba, estudos mostraram uma taxa de 2% a 5% de relação de contaminação fetal.

Contudo, em entrevista à TV Adufrj, posterior à coletiva, Tanuri confirmou a evidência: “Não podemos falar em termos de território nacional, mas, em parte do Nordeste, a relação entre zika e microcefalia é clara”.

Parceria com outras instituições

O primeiro passo dos virologistas foi isolar e sequenciar o genoma do vírus a partir do líquido amniótico de grávidas infectadas por zika que tiveram bebês com graves lesões cerebrais, incluindo microcefalia, em Campina Grande (PB).

Está em vista também uma nova decodificação completa a partir também do isolamento do vírus no cérebro de três dos bebês que vieram a óbito. O trabalho foi possível graças à parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto de Pesquisa Professor Joaquim Amorim Neto, de Campina Grande.

No laboratório da UFRJ, o material de 12 grávidas infectadas por zika que tiveram bebês com as lesões cerebrais é destrinchado. Tanuri conta que a observação a partir do líquido amniótico apontou similitudes entre o vírus “brasileiro” e o asiático, da Polinésia, mas, principalmente com vírus da encefalite japonesa. “Graças a isso, identificamos o neurotropismo, isto é, a predileção do zika pelas células do sistema nervoso”, relata.


Outra descoberta foi a resistência do vírus no organismo. As autópsias dos três bebês que vieram a óbito, autorizadas pelas mães, revelaram a permanência do vírus no cérebro da criança durante toda a gestação. O que levou à comprovação da correspondência entre o tempo de exposição ao vírus e o agravamento das lesões.

Em relação a tratamentos, Tanuri observa que há dois caminhos: remédios

que atuem nas grávidas, baixando sua carga viral, ou drogas que entrem no feto, bloqueando a replicação do vírus no cérebro. O único senão é o risco de drogas teratogênicas, isto é, quando o próprio remédio pode causar má-formação. “O ideal seria uma droga já testada”.

O laboratório de Brindeiro e de Tanuri é o único da universidade com nível de biossegurança 3. Em função de seu sistema de segurança com pressurização de água e ar especial, dispõe de autorização para cultivar viroses exóticas e emergentes, além do HIV. “É uma vantagem para a UFRJ nos estudos de novos patógenos”, explica Tanuri. Ainda em relação à universidade, o pesquisador avalia que a integração entre as pesquisas desenvolvidas nos laboratórios da UFRJ com o trabalho ambulatorial da Maternidade-Escola e do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) eleva o potencial de contribuição da UFRJ sobre o tema.

Além disso, segundo o cientista, o mapeamento das proteínas do genoma permite que sejam utilizadas futuramente para produção de antígenos, de insumo para desenvolvimento de diagnóstico e vacina. “Compreender o genoma do vírus é compreender o próximo passo”, resumiu.



Enquanto as pesquisas sobre zika e dengue ganham fôlego em diversas unidades da UFRJ, as iniciativas “domésticas” de prevenção dentro da universidade também não ficam de lado. Cursos para capacitação de servidores atuarem na eliminação dos focos de mosquitos transmissores das doenças têm sido realizados desde o fim do ano passado.

“É essencial a preparação de pessoas que conheçam a biologia e a ecologia do mosquito, que saibam que não basta retirar as larvas e deixar os ovos. Não nos bastam fumacês, se temos a compreensão do elemento ecológico da destruição também dos predadores do mosquito e se temos a questão de organismos nos biotérios. Esse é um tema de fáceis falsas soluções e a universidade não deve seguir falsas soluções”, argumenta o reitor Roberto Leher.

Até março, a Prefeitura Universitária (PU) promoveu quatro cursos de capacitação “Controle e Combate ao mosquito *Aedes Aegypti*”. Em novembro e dezembro foi a etapa interna com preparação das equipes da Coordenação de Meio Ambiente da Prefeitura da UFRJ. E nos dias 18 de janeiro e 25 de fevereiro, houve curso teórico e prático aberto à comunidade. De acordo com a PU, 40 servidores e 10 terceirizados envolveram-se na ação, além de funcionários da vigilância ambiental da Secretaria Municipal de Saúde.

Formar servidores e funcionários terceirizados ligados à administração predial foi a prioridade. A primeira edição focou nas nove unidades hospitalares da UFRJ, Escola de Educação Infantil (EEI), Residência Estudantil, Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC) e Prefeitura da UFRJ. Enquanto a segunda aconteceu no auditório do IESC.

Além de ensino do reconhecimento de focos do *Aedes Aegypti*, transmissor tanto da dengue, quanto da febre chikungunya e o zika vírus, entre outras doenças, a programação conteve aulas práticas em campo, com inspeção e eliminação de possíveis depósitos de ovos e larvas do mosquito.

A Praia Vermelha recebeu vitoria da Divisão Operacional de Febre Amarela e Dengue da Prefeitura do Rio de Janeiro no dia 25 de janeiro. De acordo com a Prefeitura Universitária, dentre os mais de 100 pontos vistoriados, menos de 10% confirmaram a presença de focos. O tratamento com larvicida foi aplicado com especial atenção ao Instituto de Psiquiatria (IPUB), onde se concentravam seis pontos, encontrados em bueiros.

Segundo a Prefeitura Universitária,

além da Praia Vermelha, foram vistoriados: o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), o Centro de Ciências da Saúde (CCS), o IESC, a Residência Estudantil, a Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), o Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (Ladetec), a própria Prefeitura da UFRJ (Divisão de Produção, Horto e Divisão Frota Oficial), o prédio da reitoria, a Faculdade de Letras, o Instituto Coppead de Administração, a chamada “zona industrial”, a PR-5/Divisão de Integração Universidade Comunidade, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), o Polo de Xistoquímica, a Vila Residencial, canteiros das obras (paralisadas), o Centro de Tecnologia e o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. Receberam visitas das equipes, ainda, o canteiro de obras da Transcarioca e o Polo de Santa Cruz da Serra, com aplicação de larvicida.

O início do semestre letivo, em abril, com a recepção aos calouros, é outro capítulo na luta: “Teremos 40 mil estudantes engajados, ajudando a tornar o ambiente mais seguro contra o mosquito”, anunciou Leher. “Temos certeza de que os estudantes da UFRJ abraçarão a ideia. Trata-se de uma questão fundamental hoje para o país. Não devemos ser alarmistas, mas sem deixar de dimensionar nossa responsabilidade como instituição que deve ter ações educativas relevantes fortes e cientificamente orientadas”. As pró-reitorias de Graduação e de Extensão (PR-1 e PR-5, respectivamente) convocaram os centros acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes para debater o tema no final de fevereiro (24).

Outra iniciativa da UFRJ foi a constituição de um consórcio entre universidades federais e instituições de ensino e pesquisa do estado do Rio de Janeiro para ações específicas de prevenção e promoção de estudos sobre o vírus zika. A parceria propõe-se a desenvolver materiais didáticos para difusão de conhecimento científico sobre o tema entre alunos das escolas públicas.

Nove instituições participam da articulação: Centro Federal de Educação Tecnológica - Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ), Colégio Pedro II, Instituto Federal Fluminense (IFF), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio).

O dever de casa

ANGÚSTIAS
DA EDUCAÇÃO

O CHATO DUM QUERUBIM

Para que serve a história? Para alguns, ela oferece narrativas divertidas, como as peripécias de um elefante hindu dado, em 1551, por D. João III, rei de Portugal, ao seu primo Maximiliano II, arquiduque da casa dos Habsburgo. Provavelmente, a leitura desta crônica de viagem é um ótimo entretenimento desde o século XVI – menos, é claro, para o pobre paquiderme. Mas outros afirmam que a história convém na construção do sentimento de pertencimento e de identidade em distintas sociedades. Já se afirmou que o Estado-nação precede a nação. No século XIX, os Estados, através de várias práticas – entre elas o ensino –, procuraram dar sentido às suas respectivas sociedades, o que foi feito pelo inventário de tradições (inventadas ou não), de costumes e de experiências reais ou supostamente compartilhadas.

*A controvérsia em torno da
Base Nacional Curricular
Comum de História despreza
a formação de massa crítica
para entendimento dos
vários processos humanos*

por João Fragoso
>> PROFESSOR TITULAR DA UFRJ





No caso brasileiro, de uma forma ou de outra, aprendemos e explicamos o Brasil como uma sociedade/povo vira-lata; para desespero dos cachorros sem pedigree ou dos simplesmente... cachorros. Durante muito tempo, e arrisco a dizer até hoje, as mazelas do Brasil contemporâneo (de um país que não deu certo) foram explicadas por nossa herança colonial. Isto me faz lembrar da estrofe de uma famosa música de Chico Buarque:

*Quando eu nasci veio um anjo safado
O chato “dum” querubim
E decretou que eu estava predestinado
A ser errado assim
Já de saída a minha estrada entortou
 (“Até o fim”, Chico Buarque)*

A nossa história já foi caracterizada como colônia de exploração, destino de degredados europeus, e dominada por padres severos (alguns não muito cristãos). O contraponto de tal estrada entortada foram as colônias de povoamento, situadas na América do Norte e ocupadas por protestantes educados na ética do trabalho. Depois, em meio à guerra fria e à ditadura civil-militar inaugurada em 1964, a história ensinada nas escolas ganha uma nova roupagem, uma versão mais à la gauche. Nessa versão o anjo safado, o chato querubim, era, na verdade, o capitalismo internacional. A partir de tal interpretação, cada vez mais as nossas mazelas resultavam do estarmos predestinados, desde o início dos tempos, a servir à Europa e, depois, à antiga colônia de povoamento da América inglesa que se tornou o mal do mundo, os EUA. Assim, passamos de um grande canalial escravista a uma economia subdesenvolvida. A escravidão na América lusa teria possibilitado o surgimento da civilização ocidental industrial, além do refinamento das artes e da ciência no Hemisfério Norte, porém, nos nossos tristes trópicos, a mesma escravidão originou a pobreza e o autoritarismo sem fim.

Acredito que a intenção da Base Nacional Curricular Comum de História (BNCC) seria a de mudar tal visão. Abandonar uma História cujo eixo seja a Europa e sublinhar a importância das populações indígenas e das sociedades africanas em nossa formação social. Mas, sou daqueles que acredita que a BNCC-História precisa ter como preocupação o manejo da Crítica. O ensino da História deve propiciar ao aluno ferramentas que viabilizem uma apreensão crítica da realidade social e ainda conhecimento de outras sociedades do mundo atual. (Permitam-me: Daí, de início, como excluir do currículo de História as sociedades da Antiguidade, como o Mediterrâneo de Sócrates e Aristóteles, responsáveis pelos fundamentos do conceito de razão e a sua aplicação nos processos de organização social e política?)

A importância de, através dos processos históricos, alcançar um pensamento crítico pode ser ilustrado por um episódio que presenciei nos anos de 1990. Trata-se da resposta de um adolescente quando indagado sobre o aprendizado de História na sua escola: “Ah, História é muito fácil. A culpa é sempre da burguesia!”. Provavelmente, ele chegou a tal conclusão porque lhe ensinaram que a burguesia fora responsável pela escravidão da época moderna, pela Revolução Industrial, pela Revolução Francesa e, na atualidade, pela exploração das camadas populares. Talvez ele usasse esse raciocínio para compreender sua vida; quiçá em dado momento substituindo a burguesia pelos comunistas ou pelo seu vizinho.

Temo que hoje em dia a História do Brasil seja explicada como a sucessão de culpas da elite branca. Mas... e se ela não for branca?

A História ajuda a ultrapassar os fáceis raciocínios maniqueístas do mocinho versus bandido e a ideia de sermos anônimos e simples espectadores dos acontecimentos feitos por outros. Como área de conhecimento, a disciplina permite entender os agentes sociais que vivem um dado processo histórico, no passado ou na atualidade, como sujeitos ativos. Com certeza, diferentes sujeitos/grupos sociais atuam conforme os diferentes recursos materiais, políticos, subjetivos à sua disposição, etc. Todavia, algo que o iluminismo radical (ao matar Deus e o Príncipe) e as sublevações sociais dos séculos XVIII e XIX nos ensinaram é que os agentes sociais podem alterar aqueles recursos e mudar a sua história.

A educação formal em geral, e o da História em particular, têm de fornecer instrumentos para realização de análises e questionamentos das interpretações transmitidas, seja pela mídia, pelo Estado, pelos partidos, pelas igrejas, pelo facebook, pelo vizinho, etc. Para tanto, um bom exercício, recorrendo a evidên-

cias dada por investigações históricas, é, por exemplo, destrinchar o que se chama de elite branca no Brasil.

Talvez a tal elite seja, na verdade, formada também por segmentos que com o passar do tempo, ou melhor, com a história, perderam a cor ou ainda ficaram brancas. Muitos dos big bosses de conglomerados empresariais, das famílias donas de emissoras de TV, raposas políticas e componentes da alta classe média, dificilmente passariam por “caucasians” em outras partes do mundo. A presença de uma elite de mestiços não é nada demais. Afinal, o Brasil é um país de mestiços.

Aliás, se considerarmos a nossa afrodescendência (incluindo os pardos, pretos e os cabras), temos a maior população “negra” do planeta, provavelmente próxima a da Nigéria com os seus mais de 180 milhões de habitantes. O que devemos procurar entender é como aqueles afrodescendentes da elite perderam a cor e, ainda, como a cultura autoritária está disseminada em diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Outro bom exercício da crítica é a percepção do que setores da chamada esquerda entendem como direito de greve, especialmente quando diz respeito a setores públicos, onde o direito de parar de trabalhar, mas continuar a receber salários e a usufruir de estabilidade no emprego, é compreendido como uma conquista política, esta entendida como dos movimentos populares e democráticos. Considerando que a riqueza social não cai do céu, o fato de um segmento de assalariados parar de trabalhar por meses, sem corte de seus salários, significa que ele está sendo sustentado por trabalhadores que continuam produzindo. Desse modo, o que é visto como conquista da democracia, consiste, na verdade, em um privilégio político corporativo.

As ideias arraigadas de desigualdade e de privilégio que permeiam tal atitude fornecem a tônica desse tipo de comportamento. E isto na melhor das tradições de sociedades estamentais de Antigo Regime do séculos XVI ao XVIII. Nestes tipos de sociedade, alguns segmentos sociais eram vistos como melhores do que os outros setores da população.

Em outras palavras, temos uma visão patrimonialista e estamental do serviço público ou, ao menos, alguns se consideram melhores do que a população. Assim, ainda há quem defenda uma hierarquia social marcada por privilégios. No Antigo Regime de Luís XIII da França, plebeus transformados em officiers, por meio da compra de cargos da monarquia (ou se preferirem dos ofícios do Estado), adquiriam privilégios em detrimento do público. Portanto, o conhecimento do Antigo Regime francês, com a sua densa



e madura historiografia, pode nos ajudar muito a nos conhecer melhor.

Mas, voltando ao nosso primeiro exercício: se a elite brasileira não for branca, como entender tal fenômeno? Como compreender que negros, pardos e/ou seus descendentes perdem a cor e, a seguir, passam a defender uma hierarquia social ciosa de suas distinções? Ou, ainda, transformam-se, em diferentes graus, na tal elite branca racista?

Para decifrar tal fenômeno, ou ao menos ter a chance de construir essa dúvida sobre a elite brasileira, é condição sine qua non estreitar as relações entre os ensinamentos fundamentais e médio e os debates historiográficos feitos nas universida-

des. Assim, um exitoso BNCC deve ter por pressuposto o incentivo da investigação histórica e a formação continuada dos professores do magistério.

A possibilidade de uma elite e/ou de um classe média mestiças que perderam a cor adquire sentido quando olhamos os traços da nossa História. Segundo o mapa de população para as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, do ano de 1762 para 1763, havia, no conjunto das capitanias, 169.582 almas, das quais 63.038 (37,2%) eram de negros e pardos, sendo 23.869 (14,1% do total geral) de forros. Em 1810, segundo estimativas sobre composição da população da Bahia em brancos, negros e mulatos, os dois últimos grupos re-



O problema no ensino da História é a transformação de precárias ideias em conhecimentos indiscutíveis



presentavam 78,6% do computo geral e 31,6% dos mesmos grupos eram livres. Em 1775, no mapa dos moradores da Penha, uma freguesia de Salvador da Bahia, 47,2% do total dos seus domicílios eram chefiados por pardos, pretos e cabras. Destes, 34,3% eram senhores de escravos e concentravam 27,4% dos cativos da região. Nos recenseamentos das freguesias rurais da cidade do Rio de Janeiro, de 1797, encontramos com frequência lavradores de cana forros e com escravos. Dois anos depois, a população do Rio de Janeiro, capital do vice-reinado do Brasil, contava com 43.376 habitantes, dos quais 19.578 (45,13%) foram classificados como brancos e mais da metade identificados como escravos e libertos. Desses dois

últimos segmentos, 8.812 eram libertos e 14.986, escravos (cerca de 35 % do total da população). No entanto, segundo a legislação da monarquia lusa, as Ordenações Filipinas, os escravos seriam apenas semoventes ou peças.

Aliás, pesquisas recentes feitas em testamentos da cidade do Rio de Janeiro, entre 1751 e 1800, revelam que testadores forros e reinóis (nascidos em Portugal) tinham comportamento semelhante diante de suas escravarias. Ambos possuíam a mesma visão de Antigo Regime da realidade e, portanto, entendiam o sustento dos seus filhos e entes queridos como sinônimo da propriedade de peças, ou melhor, de escravarias. Sublinhe-se que, no caso, estamos falando de pequenos senhores de áreas urbanas. Para eles, o importante era, se possível, livrar seus descendentes do ônus do trabalho. Assim, aqueles testadores, filhos e netos de ex-escravos, desejavam uma sociedade baseada na desigualdade econômica e política. Para o século XIX, outras investigações apresentam evidências de que os processos jurídicos de re-escravização (retorno ao cativo de um forro) não raro eram feitos por pequenos senhores descendentes de ex-escravos.

Ora, não devemos nos assustar com esses fenômenos. Aquelas pessoas foram criadas em um Antigo Regime com base no cativo e seus avós saíam de sociedades africanas com uma cultura política escravista altamente refinada. No antigo império do Mali, e depois no reino do Congo, não vigoravam plantations integradas como no Caribe inglês, porém os escravos estavam presentes em diferentes esferas da vida social: trabalhavam em vilas agrícolas, mas também como funcionários, comerciantes, soldados, e mulheres serviam de concubinas. Nestas sociedades existia o fenômeno da alforria e um cativo podia se transformar em senhor. Cabe sublinhar que tal aprendizado da escravidão nas sociedades da África Ocidental e da área Subsaariana foi aprimorado, depois do século VIII, com o Islã. Desse modo, como entender tais realidades africanas sem conhecer a dinâmica histórica do Oriente Médio? Tema também esquecido pelo BNCC.

Por seu turno, em outros cantos da monarquia pluricontinental lusa, especialmente nos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé, havia igualmente o fenômeno da promoção social a partir do cativo. Em tais sociedades estamentais, passava-se da escravidão para o senhorio de escravos e há fortes indícios da transformação de mestiços em componentes da elite política local, os chamados “brancos da terra”. Esses e outros assuntos da dinâmica do império ultramarino português deviam constar do BNCC – e também, diga-se de passagem, merecem ser mais investigados em nossos cursos de pós-graduação.

Voltando à América lusa, ainda resta entender melhor os mecanismos de promoção social da escravidão para a alforria e, depois, a grande possibilidade de perda de cor. O tráfico internacional de cativos abasteceu tanto a América inglesa protestante quanto a lusa católica. Porém, frequentemente a alforria nas plantations inglesas era coibida pela lei e, portanto, as chances de promoção social a partir do cativo eram mínimas. Da mesma forma, a alforria de escravos, entendida como exemplo de fenômeno de mobilidade social em uma sociedade estamental, não encontra paralelo na Europa de Antigo Regime. A sociedade estamental, no Hemisfério Norte, sublinhava com rigor a separação entre as ordens. Uma pessoa ou família tinha chances mínimas de passar de um estamento para outro. Nos trópicos lusos, como vimos, havia possibilidade de transformação de uma peça em gente, e, mais tarde, de gente em senhor de peças. Infelizmente, estamos longe de entender a lógica de tais fenômenos sociais. Consequentemente, a culpa é do chato do “Anjo Safado”, o tal “Querubim”.

Acredito que a BNCC deve ser pautada naquilo que a História tem de melhor a nos fornecer: a possibilidade de um pensamento crítico no qual os agentes sociais sejam percebidos como sujeitos que fazem escolhas, são capazes de vislumbrar as suas estradas, e assim podem mudá-las. Para isso, todavia, é necessário ter erudição histórica. Conhecer, por exemplo, as sociedades do antigo Mediterrâneo judeu-cristão e árabe, com a sua ideia de fatalidade (destino inexorável), mas também ciente da filosofia aristotélica. É preciso, igualmente, saber dos movimentos filosóficos e das revoltas populares dos séculos XVII ao XIX que tornaram possível o projeto de uma sociedade laica marcada pelas ideias de liberdade de expressão, igualdade social e, mais recentemente de liberdade individual de estilo de vida.

A BNCC precisa ter por pressuposto a ligação entre o debate historiográfico e o magistério do ensino fundamental e médio. Necessitamos, principalmente, ter consciência da nossa ignorância de diversos processos e fenômenos históricos da América lusa do século XVII e das sociedades africanas pré-coloniais. Afinal, ainda não entendemos diferentes fenômenos do Cosmo e desconhecemos a cura de várias moléstias. A descoberta da cura de doenças, dos segredos da Astrofísica e do entendimento de fenômenos históricos se faz através de pesquisas, não pelo achismo. O problema no ensino da História é a transformação de precárias ideias em conhecimentos indiscutíveis ou, ainda, o ensinamento de ideologias sob o rótulo de ciências humanas. Assim, o BNCC, para pôr fim a visão etnocentrista e, com ela, à síndrome de vira-lata, carece fornecer instrumentos para a crítica e com ela pavimentar o conhecimento da realidade.

Angela Rocha dos Santos

é professora titular da UFRJ. Foi decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza-CCMN e pró-reitora de Graduação da UFRJ. Atua na área de Ensino em Matemática, com ênfase em Aplicação de Tecnologias no Ensino e Formação de Professores.

**Antonio Mateo Sole Cava**

é professor associado do Instituto de Biologia da UFRJ. Fundador e primeiro coordenador do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva da UFRJ. Ex-diretor do Instituto de Biologia da UFRJ.

**Aydano André Motta**

é jornalista e escritor. Especializou-se na cobertura de Cidade, em veículos como Jornal do Brasil e O Globo. Foi comentarista do canal Sportv. Conquistou o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa em 2012.

**Caroline Amanda Lopes Borges**

é integrante do Coletivo Negro Carolina de Jesus, é estudante da UFRJ. Faz parte do grupo de pesquisa PET/Conexões de Saberes Diversidade, da mesma instituição. É também articuladora nacional do Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários.

**Denilson de Souza**

é estudante de Ciências Sociais da UFRJ e também integra o Coletivo Negro Carolina de Jesus (UFRJ). Participa do grupo de pesquisa PET/Conexões de Saberes Diversidade.

**Elisa Monteiro**

Jornalista (formada pela Uerj) e historiadora (pela UFF), trabalhou na revista "Versus", do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, Há quatro anos, integra a equipe de comunicação da Adufrj.



nossos colaboradores

**Flávia Oliveira**

é jornalista. Especializou-se na cobertura de economia e indicadores sociais. É colunista do jornal O Globo e comentarista no canal GloboNews. É membro do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro.

**Ilca Dias**

faz parte do Coletivo Negro Carolina de Jesus (UFRJ). Assistente social (UFRJ), é residente no Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

**João Luís Ribeiro Fragoso**

é professor titular da UFRJ. Estudioso da história econômica da América lusa (séculos XVI e XVIII), possui pesquisas também na área de história agrária para o Brasil do século XIX.

**Marcelo Paixão**

é professor licenciado do Instituto de Economia da UFRJ. Autor, entre outros livros, de "500 anos de solidão: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil", Ed Appris, 2014.

**Renata Maneschy**

é jornalista e designer, com passagem por veículos como Folha de S.Paulo, O Dia e O Globo. Ganhadora por cinco vezes do Prêmio Esso e tem mais de 40 prêmios internacionais recebidos pela SND - Society for News Design.

**Toni D'Agostinho**

é artista e sociólogo. Colaborou com as principais editoras do país, Folha de S.Paulo e Valor Econômico. Ilustrou diversos livros adultos e infanto-juvenis. É mestrando em Ciências Sociais pela PUC. Ganhou os prêmios HQMIX e SND.

**Um site com
atualização
constante a serviço
dos professores,
que oferece
notícias da
universidade,
do Brasil e
do mundo.**

www.adufrj.org.br

**Acompanhe as informações
mais importantes para sua rotina,
pelos muitos canais da Adufrj.**

www

www.adufrj.org.br

Um site com atualização constante a serviço dos professores,
que oferece notícias da universidade, do Brasil e do mundo.

Acesse também:

- Boletins eletrônicos semanais.

<http://tinyurl.com/adufrjpdf>

- A TV Adufrj, com vídeos sobre variados assuntos de nosso dia a dia.

<http://tinyurl.com/adufrjtv>